

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

PROF LOURIVAL JOSÉ PASSOS MOREIRA

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA MARINHA DO BRASIL:

Fortalecimento da base humana como fator de defesa dos interesses marítimos nacionais.

Rio de Janeiro

2007

PROF LOURIVAL JOSÉ PASSOS MOREIRA

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA MARINHA DO BRASIL:

Fortalecimento da base humana como fator de defesa dos interesses marítimos nacionais.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: Prof.Dr.Nival Nunes de Almeida

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2007

À minha família,
pelo incentivo, ajuda e compreensão. Em especial,
à esposa e filhos por partilharem os períodos de luta e,
com paciência, aceitarem os períodos de minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Apenas uma página é pouca para expressar gratidão a tantos que contribuíram. Fica então uma menção a alguns, como forma de demonstrar os meus agradecimentos a muitos.

À minha família, fonte de inspiração, pela ajuda e incentivo; também pela compreensão aos muitos momentos de minha ausência, para que pudesse me dedicar à pesquisa.

Ao Almirante de Esquadra José Antônio de Castro Leal, que abriu novos horizontes de qualificação para os docentes da Escola Naval.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nival Nunes de Almeida, a quem devo pelas valiosas contribuições a este trabalho.

À Prof^a Dr^a Miriam Puerari, chefe do Centro de Ensino Técnico e Científico da Escola Naval, pelo apoio, incentivo, amizade e sugestões.

Aos colegas de CPEM-2007, em especial aos Comandantes Hércules Honorato, e Carlos Moreira Gouveia pela paciente leitura do trabalho e sugestões.

Ao Senhor Imediato da Escola Naval, Comandante Erivaldo Edilson Carvalho de Almeida, pela leitura crítica e valiosas sugestões.

Ao comando da Escola Naval, à Superintendência de Ensino e de Administração, e aos colegas das Coordenadorias de Eletrônica e Sistemas de Armas o meu reconhecimento e agradecimento pelo apoio e incentivo.

RESUMO

O objetivo do estudo foi estabelecer em que medida as tecnologias de informação e comunicação (TIC) podem contribuir para o fortalecimento de uma base humana como fator de defesa dos interesses marítimos nacionais. Foi adotada uma abordagem qualitativa para este trabalho. A investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, que fundamentou um estudo com a utilização de documentação indireta, sobre a qual se realizou uma análise textual e temática. O estudo incluiu a identificação de casos históricos que demonstrassem as relações existentes entre as dimensões social, política e militar da base humana do poder marítimo nacional. Entre os resultados do estudo destacam-se: a crescente importância estratégica dos meios digitais, pelo seu poder de penetração nas camadas da sociedade, sua abrangência geográfica e natureza interativa; o poder de influência da informação; e a importância da educação, inovação e conhecimento no fortalecimento de todas as dimensões da base humana.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Defesa. Educação.

ABSTRACT

This research aims to establish how could the information and communication technology contribute to strengthen the human basis of the Brazilian seapower. The following issues were considered: how the new digital *midia* could contribute to strengthen this human basis; how to use them to consolidate a defending conscience and a Brazilian sea mentality; and what are the relations among politics, navy force, public opinion and defense of national interests. The nature of these issues demanded a qualitative dimension to this research. The work was conducted by a bibliographic research, which fundamented the study using indirect documentation. A textual analysis was made on this documentation. It was included an identification of historical facts, putting to test the considered relations. The following study results stand out: the increasing strategic needs of digital *midia* due its penetration power in all social layers, its geographic reach and interactive nature; the power of information influence; and the importance of education, innovation and knowledge, to strengthen all the human basis dimensions.

Keywords: Information and Communication Technology. Defense. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As dimensões da base humana.....	17
Figura 2 – Ciclo realimentado de relações	17
Figura 3 – Panfleto brasileiro da Segunda Guerra Mundial	20
Figura 4 – Página da <i>Intranet</i> da Escola Naval com o ícone do CEVV.....	80
Figura 5 – Página do Centro de Estudos Virtual de Villegagnon (CEVV)	80
Figura 6 – Acesso ao material <i>online</i> da disciplina Liderança na <i>Intranet</i> da EN.....	81
Figura 7 – Página online da disciplina Liderança na <i>Intranet</i> da EN	81
Figura 8 – Livro de História	84
Figura 9 – Livro de Geografia	84
Figura 10 – Livreto educativo infantil.....	84
Figura 11 – Folheto educativo	84
Figura 12 – Península Keller.....	85
Figura 13 – O Brasil e o meio ambiente Antártico.....	85

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRATEL	Associação Brasileira de Rádio e Difusão, Tecnologia e Telecomunicações
AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise do Discurso
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AVA	Ambiente virtual de aprendizagem
BID	Base de indústria de defesa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSM	Centro de Comunicação Social da Marinha
CEVV	Centro de Estudos Virtual de Villegagnon
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência - EUA)
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
C-PEM	Curso de Política e Estratégia Marítimas
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
DEAD	Departamento de ensino a distância
DEnsM	Diretoria de Ensino da Marinha
DGPM	Diretoria Geral do Pessoal da Marinha
EAD	Educação a distância
EGN	Escola de Guerra Naval
EMA	Estado Maior da Armada
EN	Escola Naval
EUA	Estados Unidos da América
GLO	Garantia da lei e da ordem
GOOS/Brasil	Programa Piloto do Sistema Global de Observação dos Oceanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
ISC	Comitê de Inteligência e Segurança
MB	Marinha do Brasil
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa

MEC	Ministério da Educação
ODS	Órgão de Direção Setorial
OM	Organização Militar
ORCOM	Orientações do Comandante da Marinha
OTI	<i>Office of Transition Initiatives</i>
PCT&I	Política de C,T&I para a Área de Defesa Nacional
PDN	Política de Defesa Nacional (Decreto lei No. 5.484 em 30/06/2005)
PMN	Política Marítima Nacional (Decreto lei No. 1.265 de 11/10/1994)
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNID	Política Nacional da Indústria de Defesa
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar
PRÓ –DEFESA	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Portaria interministerial nº 2.674 do MEC e MD)
PROARQUIPÉLAGO	Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR), o Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo
REMPLOC	Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira
REVIZEE	Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva
SBTVD-T	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre
SEC	Secretaria de Estudos e de Cooperação do MD
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SEED	Secretaria de Educação a Distância do MEC
SEN	Sistema de Ensino Naval
SisCTID	Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa
TIC	Tecnologias de informação e comunicação
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
USIA	<i>U.S. Information Agency</i> (Agência de informações dos EUA)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	A MARINHA DO BRASIL NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	11
1.2	OBJETIVO E QUESTÕES DE ESTUDO	14
1.3	RELEVÂNCIA DA PESQUISA	15
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
1.5	BASE HUMANA	16
2	EMBASAMENTO TEÓRICO	18
2.1	A EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	18
2.1.1	A navegação marítima e fluvial e a comunicação	19
2.1.2	A evolução das mídias de comunicação	19
2.2	POLÍTICA, SOCIEDADE, PODER MILITAR E A MÍDIA	26
2.2.1	O poder de pressão da vontade popular e o ciberespaço	26
2.2.2	A vontade política e o poder militar	28
2.2.3	A influência da mídia de massa sobre a vontade popular	29
2.2.4	O poder do Estado sobre a sociedade	30
2.2.5	O poder brando (<i>soft power</i>) na relação entre os Estados	31
2.2.6	Cenário atual, problemas e desafios	32
2.3	A MÍDIA DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E O PODER DAS MENSAGENS	34
2.3.1	Comunicação de massa	34
2.3.2	A mídia de massa como instrumento de <i>soft power</i>	35
2.3.3	O poder das mensagens	38
2.3.4	As novas armas de defesa	42
2.4	O VALOR HUMANO NO PODER MARÍTIMO	43

3	FORTALECIMENTO DA BASE HUMANA	47
3.1	FORTALECIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL NA MARINHA DO BRASIL	47
3.1.1	Capacitação e avaliação profissional	47
3.1.2	Satisfação profissional	49
3.1.3	Cultura e prática de liderança	50
3.2	A MARINHA DO BRASIL E A SOCIEDADE	50
3.2.1	Comunicação social	51
3.2.2	A participação da MB na educação de jovens e adultos	51
3.2.3	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	54
3.3	A RELAÇÃO DA MB COM O PODER POLÍTICO	56
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	59
4.1	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA e COMUNICAÇÃO SOCIAL	59
4.2	A MÍDIA, A OPINIÃO PÚBLICA, A POLÍTICA, O PODER MARÍTIMO	59
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	62
	APÊNDICES	67
	APÊNDICE A - Análise de mensagens: conteúdo, discurso e retórica	67
	APÊNDICE B - Educação a distância (EAD): termos e conceitos	70
	ANEXOS	75
	ANEXO A - Formas de manipulação de mensagens	75
	ANEXO B - Carreira dos Oficiais da Marinha do Brasil	78
	ANEXO C - Centro de Estudos Virtual de Villegagnon	80
	ANEXO D - Material de Liderança <i>online</i>	81
	ANEXO E - Exemplos de ações educativas da MB na conscientização marítima	82
	ANEXO F - SECIRM: material educativo	84
	ANEXO G - SECIRM: programas	86

1 INTRODUÇÃO

1.1 A MARINHA DO BRASIL NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

A chamada era “pós-industrial” deu-se início a partir dos anos 50, quando predominavam esforços científicos, tecnológicos e políticos, que resultaram na informatização da sociedade. A Guerra Fria, a corrida espacial entre russos e americanos, e o desenvolvimento bélico contribuíram neste processo de desenvolvimento, que levou à cotidianização das tecnologias. Este avanço repercutiu em todas as vertentes da vida social, provocando um acentuado deslocamento das forças produtivas do “fazer” para o “saber”. Segundo Malin (*apud* CARVALHO; KANISKI, 2000), ocorreu um aumento da produtividade do trabalho em função da apropriação planejada e sistemática do conhecimento ao “fazer”, aperfeiçoando ferramentas, processos e produtos e criando tecnologias. Neste contexto, as ciências se fortaleceram como recurso gerador de riqueza, e deixaram de ser vistas como atividades nobres, desinteressadas; descobriu-se que a fonte de todas as fontes chama-se **informação** (BARBOSA, *apud* CARVALHO; KANISKI, 2000).

A circulação rápida de informações, a evolução acelerada dos conhecimentos, favorecida pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC), passou a exigir das organizações uma maior agilidade, especialmente no que se refere à atualização de seus profissionais. Esta atualização incorpora o conceito de capital intelectual, entendido no setor privado como patrimônio intangível das empresas, estando relacionado ao mercado globalizado, à produção, ao lucro¹ e à própria sobrevivência das empresas inseridas em contexto competitivo. Kraemer (2005) associa a origem do termo capital intelectual à idéia de propriedade intelectual. Refere-se aos componentes de conhecimento de uma organização reunidos e legalmente protegidos. Trata-se de um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor à instituição; incluem os ativos de mercado, os recursos humanos, a propriedade intelectual e a infra-estrutura da empresa.

Observa-se, desde o final do século XX, uma transição gradativa na sociedade industrial para uma nova visão que se inclui na chamada “sociedade do conhecimento” (DRUCKER, 1993). Nesta perspectiva, o capital humano passou a ser identificado como capacidade, conhecimento, criatividade, habilidade, experiência e *expertise*, individuais e

¹ No setor público, capital intelectual representa, sobretudo, responsabilidade social no uso adequado do dinheiro público e compromisso no cumprimento da missão pública (MOREIRA, 2007).

coletivas. Englobou também os valores, a cultura e a filosofia da organização, onde conhecimento e inovação passam a ter uma importância vital, reconhecendo-se que são as competências, atitudes e capacidade de inovação das pessoas que geram o capital tangível, físico e financeiro (KRAEMER, 2006).

A Marinha do Brasil (MB), como instituição nacional permanente e regular das Forças Armadas, tem como dever constitucional defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (BRASIL, 1988). Hoje, é notório que a defesa de nossos mares, rios e reservas aquíferas é muito importante, seja em termos econômicos ou da soberania do Estado brasileiro. O tráfego de navios mercantes em nossas águas; os recursos vivos da aquicultura e da pesca; os recursos energéticos como o petróleo, o gás natural e os hidratos de gás; o ecossistema costeiro e sua biodiversidade; a navegação fluvial; e a Amazônia Azul demandam a preservação de nossas riquezas marítimas e a defesa da soberania nacional.

A MB necessita para defesa de nossas riquezas e interesses de capacidade humana e recursos materiais, compatíveis com a estatura de um país de vasto território e ampla costa marítima, imerso em um mundo globalizado e em rápida transformação, onde as tensões, conflitos e cobiças emergem abruptamente. Diferentes desafios se apresentam: o de garantir um quadro de pessoal militar e civil com formação adequada e continuamente atualizada; o de manter governo, políticos e população conhecedores dos nossos recursos do mar como riquezas e conscientes de que é dever de todos protegê-los; o desafio de estimular um contínuo desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, capaz de minimizar a dependência tecnológica; e de contribuir para o crescimento de uma base industrial de defesa. É neste contexto de dificuldades e desafios que se insere este trabalho, que busca refletir sobre a abrangência de uma base humana no ambiente marítimo e, por extensão, no ambiente de defesa, e sobre o uso da tecnologia para o fortalecimento desta base.

A Política Marítima Nacional (PMN), regulamentada pelo decreto lei 1.265 de 11 de outubro de 1994, objetiva a orientação do desenvolvimento das atividades marítimas do País, que levem a uma utilização efetiva, racional e plena do mar e de nossas hidrovias interiores, em atendimento aos interesses nacionais. O texto do decreto dá destaque ao fortalecimento da base humana:

[...]a PMN resulta, basicamente, de uma preocupação do Governo de bem gerir as atividades nacionais no setor marítimo, aproveitando-lhes os pontos comuns, identificando seus pontos de estrangulamento, **fortalecendo-lhes a base humana** e econômica e garantindo-lhes a segurança, dentro da grande moldura que é o meio

ambiente marítimo. A PMN visa, assim, à aplicação inteligente do Poder Marítimo² e de seu componente naval, em benefício dos interesses do País (BRASIL, 1994, grifo nosso).

A Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada pelo decreto 5.484 em 30 de junho de 2005, ressalta, entre as orientações estratégicas, o desenvolvimento de mentalidade de defesa³:

[...]o desenvolvimento de **mentalidade de defesa** no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País (grifou-se) (BRASIL, 2005b).

Também a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) apresenta dentre os seus objetivos: promover a formação de recursos humanos e estimular o desenvolvimento da pesquisa, ciência e tecnologia marinhas. As ações a serem empreendidas para alcançar estes objetivos, incluem:

[...] estimular a **formação e o aperfeiçoamento de cientistas, técnicos e profissionais**, nos diversos níveis, necessários à execução dos programas ligados aos recursos do mar; - promover atividades voltadas ao **desenvolvimento de mentalidade marítima⁴ e ambiental** na população brasileira, [...]; - fortalecer as instituições de ensino e pesquisa na área de ciências do mar no País, aproveitando a capacidade instalada e a vocação natural dessas instituições; - ampliar o **intercâmbio técnico-científico**, interno e externo, visando à troca e difusão de dados e informações relacionadas com a **formação de recursos humanos em ciência e tecnologia marinha**, [...]; - incentivar a criação de instituições de ensino e pesquisa que se dediquem ao estudo do mar; e - estimular a **formação e o aperfeiçoamento de professores** nos diversos níveis, necessários à implementação do currículo nas escolas dos sistemas de ensino, com vistas ao desenvolvimento de atividades sustentáveis de preservação ambiental e de recursos do mar (BRASIL, 2007b, grifo nosso).

O Ministro de Estado da Defesa (à época Waldir Pires) durante a aula magna ministrada em 16 de março de 2007 para oficiais-alunos dos cursos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola de Guerra Naval (EGN), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola de Comando e Estado-Maior da

² “Entende-se como Poder Marítimo o componente do poder nacional de que a nação dispõe para atingir seus propósitos ligados ao mar ou dele dependentes. Esses meios são de natureza política, econômica, militar e social e incluem, entre vários outros, a **consciência marítima** do povo e da classe política, a Marinha Mercante e a Marinha de Guerra, a indústria de construção naval, os portos e a estrutura do comércio marítimo. O Poder naval é o componente militar do Poder Marítimo”. (BRASIL, 1994, grifo nosso).

³ Defesa Nacional “é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. (BRASIL, 2005b).

⁴ “Mentalidade Marítima é a convicção ou crença, individual ou coletiva, da importância do mar para a nação brasileira e o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos ou vontade de agir, no sentido de utilizar, de forma sustentável, as potencialidades do mar” (<https://www.mar.mil.br/secirm/inwel.htm>. Acesso em 27 jul.2007d).

Aeronáutica (ECEMAR), ao apresentar as principais metas a serem alcançadas pela sua pasta, destacou a busca pelo **incremento da mentalidade de defesa no país**. Este destaque expressa uma preocupação da alta administração do país e do governo com esta questão.

É no escopo do emprego de tecnologias de informação e comunicação, voltado para o desenvolvimento de uma mentalidade marítima e para o fortalecimento de uma base humana, que se realizou uma pesquisa qualitativa descritiva, à luz de abordagens teóricas e históricas. Espera-se que seus resultados possam fornecer à Marinha do Brasil subsídios que contribuam para o planejamento de ações que visem à consecução dos objetivos da PDN, PMN e PNRM e o cumprimento de sua missão constitucional.

1.2 OBJETIVO E QUESTÕES DE ESTUDO

O objetivo desta pesquisa foi estabelecer em que medida as tecnologias de informação e comunicação (TIC) podem contribuir para o fortalecimento de uma base humana como fator de defesa dos interesses marítimos nacionais. A partir deste objetivo, foram formuladas as questões que se seguem, as quais são respondidas ao final do estudo.

- Como novas mídias podem contribuir no fortalecimento da base humana do poder marítimo nacional?
- Como empregá-las na consolidação de uma consciência⁵ de defesa e de uma mentalidade⁶ marítima brasileira?
- Que relações existem entre mídia, política, poder marítimo e opinião pública?
- Quais as implicações estratégicas destas relações na defesa dos interesses nacionais?

1.3 RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Acredita-se que a relevância deste estudo está relacionada a alguns fatores. O primeiro refere-se à emergência e popularização das tecnologias digitais interativas de informação e comunicação, tais como redes digitais, rádio e difusão digital e comunicações móveis, na chamada sociedade da informação.

⁵ Neste trabalho, a palavra consciência, do latim *conscientia*, é considerada no sentido de “conhecimento, noção, idéia” (FERREIRA, 1986, p.457).

⁶ A palavra mentalidade é tomada tanto no sentido da “capacidade de entendimento de um indivíduo ou grupo”, assim como no significado de “conjunto dos hábitos intelectuais e psíquicos de um indivíduo”. Desta forma, o termo “mentalidade marítima” é usado para designar conjuntamente o entendimento de assuntos do mar e o hábito de pensar sobre o mar (FERREIRA, 1986, p.1119).

O segundo fator é a necessidade de se refletir sobre modernas formas de aumentar a visibilidade e transparência da Marinha do Brasil perante a sociedade brasileira, e as TIC apontarem para formas de mediação cada vez mais atraentes, eficazes e abrangentes.

O terceiro aspecto está relacionado à necessidade de se resgatar a mentalidade marítima na população “nos níveis necessários e coerentes com a dimensão de uma Nação eminentemente marítima como o Brasil”⁷. Fatores conjunturais degradaram tal mentalidade no seio da população brasileira, apesar de o país ter vocação marítima e de o desenvolvimento nacional ser dependente das vias marítimas.

Como quarto fator, situa-se a restrição do orçamento da área militar, que tem levado a Marinha a buscar soluções que permitam resolver os seus problemas de formação e atualização de pessoal e de comunicação com a sociedade. Dois grandes desafios, pois a população brasileira e o contingente da Marinha são geograficamente dispersos.

O quinto e último aspecto é o fato de as TIC interativas trazerem novas possibilidades estratégicas, relativas à sensibilização, formação e mobilização de base humana, em defesa dos interesses nacionais e da proteção de nossas cobiçadas riquezas do mar. Em um mundo globalizado do século XXI e imerso em novas formas de ameaças, incertas e difusas, é importante que se busque novos meios de defesa.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dada a natureza das questões de estudo, entendeu-se que seus dados deveriam ser abordados em uma perspectiva qualitativa.

A investigação do problema, objeto deste estudo foi feita através de pesquisa bibliográfica. Um estudo teórico foi realizado com a utilização de documentação indireta, a partir do qual se processou uma análise textual e temática.

Procurou-se uma fundamentação teórica a partir dos entendimentos de diferentes autores. A identificação de casos históricos, que demonstrassem as relações entre mídia, política, poder marítimo, opinião pública e defesa também fez parte do estudo.

A coleta de dados a respeito do cenário atual da MB em assuntos correlatos ao tema da pesquisa, foi feita a partir de observações de campo nas viagens de estudo, aulas, palestras, seminários, congressos e outras atividades do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

⁷ Este resgate é ressaltado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) da Marinha do Brasil em sua página de *Internet* disponível em <<https://www.mar.mil.br/secirm/inwel.htm>>.

A fundamentação, a historicidade e as observações de campo serviram de base conceitual e de referência de apoio, para o pesquisador buscar as respostas às questões de estudo, em conformidade com o objetivo proposto.

1.5 BASE HUMANA

Um estudo de caracterização da composição da base humana na MB poderia seguir por dois caminhos distintos. Um seria analisar a estrutura interna de pessoal e o outro seria ampliar a abrangência para uma perspectiva macro, considerando a relação da MB com outras instituições sociais. Entre uma abordagem estrutural interna e uma relacional englobando componentes externos, o presente trabalho seguiu o segundo caminho, de modo a identificar fatores políticos e estratégicos que influenciam no fortalecimento da base.

Adotando-se, portanto, uma visão ampliada, pode-se decompor a base humana, inspirando-se nas três dimensões de Clausewitz⁸, em três grandes constituintes: o político, o social e o pessoal, conforme ilustrado na figura 1.

Os três vértices da figura são nós de uma rede de relacionamentos, que se influenciam mutuamente. O poder político, por princípio democrático, representa o povo e age em função das demandas sociais. A Marinha presta à sociedade um elenco de serviços de natureza militar (Marinha de Guerra), econômica (Marinha Mercante) e social. A sociedade é fornecedora de recursos humanos e materiais à Marinha, e exerce influência sobre o governo, que deve estar atento às suas demandas e necessidades.

⁸ Carl Von Clausewitz (1780-1831) criou, em sua obra *Da Guerra (Vom Kriege)*, um modelo que expressa a natureza da guerra: "[...] a guerra [...] em relação às suas tendências dominantes, constitui uma trindade notável, composta do poder primordial de seus elementos, do ódio e da inimizade que se pode ver como um impulso cego da natureza; da caprichosa influência da probabilidade e do acaso, que a convertem em uma atividade livre da alma; e da natureza subordinada de um instrumento político, pela qual recai, puramente, no campo do raciocínio". O primeiro desses aspectos interessa de maneira especial ao **povo**; o segundo, ao chefe **militar** e seu exército; e o restante, ao **governo**.

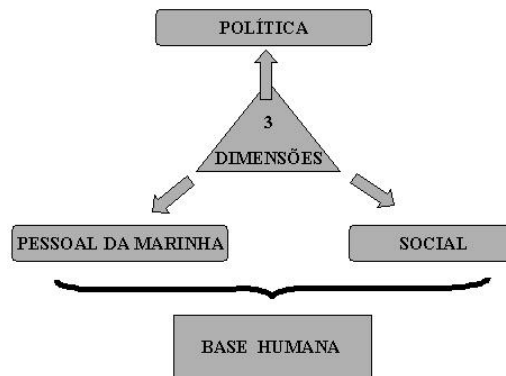


Figura 1 – As dimensões da base humana.

Em um cenário de restrições econômicas algumas dificuldades se apresentam como desafios a serem vencidos. Dentre elas, destaca-se a dificuldade do governo em distribuir os recursos, insuficientes para cobrirem todas as demandas do país, em função das necessidades mais prementes. Outra dificuldade é consequência das lacunas deixadas pela educação no Brasil, onde grande parte da população não conhece as riquezas do país. Estas lacunas, em relações aos assuntos do mar, refletem-se na falta de uma mentalidade marítima nacional. Também no desconhecimento das relações existentes no mundo, das cobiças internacionais e transnacionais e dos riscos que representam para o Brasil. A falta de percepção das riquezas e das ameaças de perdê-las tem como consequência direta uma falta de consciência de defesa na população. Esta lacuna, além de gerar vulnerabilidades, reduz a influência popular sobre o governo em assuntos de defesa, e este, como representante do povo, reduz a dotação orçamentária para as Forças Armadas, que, por sua vez, vêm comprometida a sua capacidade de cumprir sua missão constitucional. Percebe-se, portanto, que nas inter-relações da rede social-político-militar existem vínculos que se fecham e se realimentam, como ilustrado na figura 2. O resultado é de degeneração progressiva.

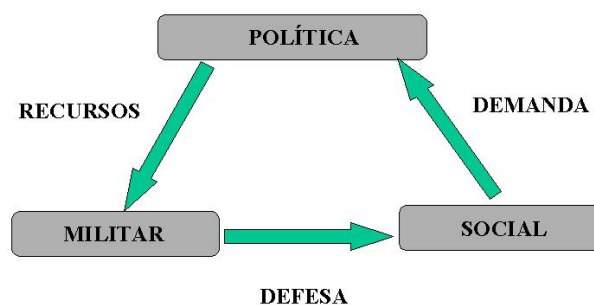


Figura 2 – Ciclo realimentado de relações.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

O embasamento teórico desta pesquisa abrange quatro eixos: o primeiro aborda as diferentes tecnologias de informação e comunicação (TIC), em uma perspectiva histórica, relacionadas ao seu papel mediador no fortalecimento da defesa dos valores de uma nação, à sua capacidade de transpor fronteiras e à sua importância estratégica e tática; o segundo eixo teórico focaliza as relações mediadas pelas tecnologias entre Estados e entre governo, classe política, povo e Forças Armadas, e suas implicações políticas; o terceiro situa o poder da comunicação e da informação no contexto da nova ordem mundial; o último eixo trata do valor da componente humana no poder marítimo.

2.1 A EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Esta seção se propõe a apresentar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) relacionadas ao seu papel como meio de fortalecer a defesa dos valores de uma nação, a sua capacidade de transpor fronteiras e a sua importância estratégica e tática. É adotada uma abordagem histórica, que, a partir da evolução dos meios e das tecnologias, apresenta o uso de diferentes mídias na comunicação política, militar e de massa. A intenção é justificar, a partir de exemplos históricos concretos, as formas com as quais as TIC podem influenciar a vontade de um povo, o desenrolar dos conflitos e os destinos de um Estado. Em outras palavras, revisar o passado, para melhor entender o presente e inferir as tendências e perspectivas futuras, relacionadas ao uso destas tecnologias é o objetivo central.

Na atualidade, os meios de comunicação e as redes informatizadas tecem uma nova sociedade global, entrelaçando todas as suas dimensões, como política, cultural, econômica, produtiva, militar e religiosa, tornando-as cada vez mais interdependentes e inter-relacionadas nos cenários locais ou internacionais (SANTOMÉ, 1998). Para entender este cenário atual, é necessário se re-visitarem e repensarem o passado.

2.1.1 A navegação marítima e fluvial e a comunicação

As comunicações desempenharam papel importante na história do Brasil. SILVA(1967, p.66) afirma que a unidade geográfica, econômica e humana brasileira precedeu até mesmo o império lusitano na América, dada a rede natural de comunicação formada pelas bacias hidrográficas de “miraculosa continuidade” e riquíssimas de afluentes e subafluentes. A incrível mobilidade dos nômades Aruaque e Tupi-guaranis, superiormente afeitos à navegação, fez com que se perfurasse, no início do século de 500, uma **unificação pelo território**, graças ao poder aglutinante da “língua-geral” e da cultura “tupi-guaraníca” (CORTESÃO *apud* SILVA, 1967). Assim, pode-se dizer que rede (natural das bacias hidrográficas), comunicação (tupi-guarani) e técnica (canoagem indígena) são elementos enraizados na formação de nosso povo e da nossa “**consciência coletiva de unidade territorial**” (*op.cit.*, p.68).

Os transportes marítimos foram o nosso primeiro meio de comunicação com outros povos e, provavelmente, a chegada de bibliotecas ao Brasil trazidas pela família real, tenha sido nosso primeiro *download*⁹ de grande volume.

2.1.2 A evolução das mídias de comunicação

Os **meios impressos** de comunicação fazem parte do cotidiano dos indivíduos, que lidam com jornais, revistas, livros escolares, panfletos, cartazes, *outdoors* e livros religiosos – a Bíblia e o Alcorão são dois exemplos de grande alcance e poder sobre as pessoas. A tecnologia empregada, herança de Johannes Gutemberg é de muita simplicidade e autonomia, pois independe de aparatos mais sofisticados e possibilita uma linguagem simples ou mais elaborada.

A educação, o jornalismo, a propaganda e a religião usam os meios impressos, como eficazes instrumentos de formação, entretenimento e informação.

O panfleto é, até hoje, um instrumento que expressa a simplicidade e efeito da mídia impressa em ações militares. Na Segunda Guerra Mundial, em Monte Castelo, os alemães lançaram panfletos sobre os pracinhas, com mensagens que incitavam os combatentes à deserção. Diziam que a Força Expedicionária Brasileira estava em missão mercenária em favor dos americanos, e que aquela guerra não era deles. Prometiam perdão no caso de

⁹ O termo *download* é empregado em Informática para designar a transferência de informações de um computador distante por um computador local. Foi aqui empregado por analogia.

abandonarem os pelotões. O uso de texto em Português era acompanhado de ilustração, na tentativa de afetar o moral da tropa, atingindo até os que não sabiam ler. Paiva (2007), capitão e ex-combatente do 11º Regimento de Infantaria na Segunda Guerra Mundial, faz o seguinte relato:

Para tentar reduzir o nosso moral, os alemães usavam panfletos lançados por foguetes que explodiam sobre as nossas posições, espalhando-os sobre uma grande área. Um desses panfletos estava escrito em Português. Trazia um soldado americano na praia de Copacabana, hasteando a bandeira dos Estados Unidos e fazendo a bandeira brasileira de tapete. Um outro panfleto trazia no lugar da cabeça da águia, símbolo americano, a cabeça do Presidente Roosevelt que, com suas garras, levava nossa borracha, nosso ouro e nossas riquezas. Os soldados brasileiros não deram a menor importância para esses panfletos (PAIVA, 2007).

O exército brasileiro também fez uso de panfletos de alerta ou orientação aos pracinhas brasileiros.



Figura 3 - Panfleto brasileiro da Segunda Guerra Mundial

Mais recentemente, no Iraque, a prisão de muitos líderes e colaboradores de Saddam Hussein foi obtida como resultado da distribuição de cartazes e panfletos com as fotografias dos procurados, determinada pelo Alto-Comando norte americano (KEEGAN, 2005).

O uso do **telégrafo** despontou a partir do final do século XIX. Desde então, o papel por ele desempenhado, em diferentes áreas da sociedade, aparece em relatos históricos e literários.

Ao término da Guerra do Paraguai, dentre os problemas existentes a serem resolvidos pelo governo imperial brasileiro estavam o dos transportes e o das comunicações, em especial no Rio Grande do Sul, oeste do Paraná e Mato Grosso, o que impedia a aplicação oportuna e decisiva do poder nacional (BRASIL, 2007). Ainda no Império foi criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica Franca – Cuiabá, com o objetivo de romper o isolamento de Mato Grosso, que se pôs em destaque na invasão paraguaia. No fim do império, a cidade paulista de Franca representava a região mais a oeste servida pela linha telegráfica.

Proclamada a República, foram aproveitados e ampliados os projetos de construção de linhas telegráficas do Império, que legou 11.000 km de linhas entre as principais cidades. Coube ao governo republicano a criação de uma comissão para o prolongamento da linha até a margem direita do rio Araguaia. A construção no sentido Cuiabá-Araguaia foi confiada à chefia do Major Antonio Ernesto Gomes Carneiro, que buscou um auxiliar mato-grossense, escolhendo o alferes-aluno Cândido Mariano da Silva Rondon, nascido em 1865 nas proximidades de Cuiabá, dando início à obra de Rondon, síntese das comunicações da Primeira República.

Em abril de 1891, a ponta da linha chegou às margens do rio Araguaia e Gomes Carneiro retornou ao Rio de Janeiro. Rondon assumiu a chefia da comissão. Em 1900 Rondon recebeu a missão de interligar toda a faixa fronteiriça com a Bolívia e com o Paraguai, cumprindo-a após seis anos de penosos trabalhos e 1.746 km de linhas construídas. Finalmente, as cidades de Cuiabá, Corumbá, Bela Vista, Porto Murtinho, Forte Coimbra e Cáceres passaram a se ligar ao restante do País.

Em março de 1907, o Presidente Afonso Pena cria a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e nomeia o Major Rondon para chefiá-la. A linha partiria de Cuiabá para atingir a cachoeira de Santo Antônio do Madeira, no rio Madeira, e daí até a estrada de ferro Madeira – Mamoré. Desse ponto alcançaria as sedes das prefeituras do Acre, Purus e Juruá, enquanto ramais atingiram a cidade de Mato Grosso (Vila Bela), Forte Príncipe da Beira e Manaus. Esta construção foi importante e necessária em função da incorporação do Acre pelo Tratado de Petrópolis, firmado com a Bolívia em 1903. No Natal de 1909 é atingido o rio Madeira, apesar da expedição ter enfrentado muitas adversidades. O isolamento da Amazônia Ocidental se rompera, mas os trabalhos ainda continuariam até 1º de janeiro de 1915, com a inauguração da estação de Santo Antônio do Madeira.

Ao todo foram instaladas 32 estações no percurso de 1.497 km da linha principal e de 763 km dos ramais de Cáceres a Mato Grosso, de Parecis a Barra dos Bugres e de Santo Antônio a Guajará-Mirim. O prolongamento da linha até Manaus foi abandonado, dada a perspectiva de emprego da radiotelegrafia descoberta por Guglielmo Marconi. Rondon cumpriu, portanto, um papel de extrema relevância para o país por integrar pontos afastados do território nacional e por suas ações humanitárias nas expedições. É patrono da Arma de Comunicações do Exército, por ato contido em decreto 51.960 de 1963.

O **rádio** tem sido usado, desde o início do século passado na comunicação de massa. Ainda hoje tem numerosa audiência e grande influência sobre a população. Na década de 60, por exemplo, o uso do rádio em cultos evangélicos, deu origem nos Estados Unidos às igrejas

eletrônicas (*Electronic Church*), que se espalharam pelo mundo e que possuem grande poder na atualidade. Outro exemplo do poder de persuasão do rádio são as chamadas rádios do ódio (*hate radio*) que produziram grandes matanças. Em 1994, o rádio foi usado em Ruanda, para encorajar o ódio étnico e o genocídio, originando a expressão “rádio de ódio” (SCHIECK, 2007).

Na primeira metade do século XX, o **cinema** inseriu-se como meio de entretenimento e comunicação. Tiveram papel relevante nas propagandas de guerra. A propaganda nazista, por exemplo, sob o comando de Joseph Goebbels, produziu diversos filmes, dentre os quais se destacam "O Eterno Judeu" (*The Eternal Jew*), que propagou nacionalmente uma mensagem anti-semita do partido nazista. Outro destaque é o filme "Triunfo da Vontade" (*Triumph of the Will*), que retratava o poder de Hitler e da Alemanha. Destaque-se ainda o cinema educativo, que gerou diversos filmes educativos, de instrução e documentários.

O cinema também tem tido um papel histórico importante, no registro das guerras através de reportagens cinematográficas feitas nas frentes de batalha, ou mesmo em produções cinematográficas comerciais retratando casos de guerra.

A influência de produções cinematográficas sobre a opinião pública revelou-se em diferentes momentos. Um exemplo recente é apontado por Dávila (*apud* CIMINO, 2007) que considera como um dos motivos prováveis que levou à derrota o partido de Bush no congresso americano foi o documentário *Fahrenheit September 11* do cineasta Michael Moore.

O surgimento da **televisão** em meados do século passado potencializou o poder de comunicação de massa.

Na década de 60, as emissoras de televisão passaram a se interligar em rede. No Brasil, as redes de televisão contribuíram para a consolidação da integração nacional desde o final da década de 60. Em 1º de setembro de 1969, foi ao ar a edição número 1 do Jornal Nacional, primeiro programa transmitido em rede no país. A rede de televisão foi um sistema de transmissão de microondas construído pela Embratel, uma estatal ligada à *holding* Telebrás. Segundo Lopes¹⁰ (2007), a fonte dos recursos foi pública, o Fundo Nacional de Telecomunicações, criado em 1962 pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. Posteriormente, satélites passaram a ser também utilizados e o padrão de transmissão em rede tornou-se dominante na televisão.

O Brasil perdeu na década de 1990 sua infra-estrutura para as redes de televisão e,

¹⁰ Cristiano Aguiar Lopes é jornalista, Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, consultor legislativo da Câmara dos Deputados para as áreas de Ciência e Tecnologia, Telecomunicações, Comunicação Social e Informática

com ela, sua autonomia de transmissão de TV à longa distância, por satélite, microondas e fibras ópticas. Durante uma audiência pública realizada em 28 de março de 2007 na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para debater o tema TV Pública, o Ministro de Estado das Comunicações Hélio Costa ressaltou que, com a privatização das telecomunicações, o Brasil perdeu sua rede pública. Segundo o ministro:

[...]quem tem a rede não é o governo brasileiro, não é sequer uma empresa nacional [...]. Hoje, em caso de emergência, se o presidente quiser fazer rede nacional, temos que pedir licença no México¹¹ (COSTA *apud* LOPES, 2007).

A expansão das redes de telecomunicações de abrangência mundial, como a TV por satélite, a *Internet* e a telefonia internacional, **globalizou a mídia de comunicação** de massa, e ampliou o poder de atuação sobre a opinião pública internacional. Um exemplo recente é o da Guerra do Iraque em 2003, onde ambos os lados aproveitaram-se deste poder. Quando a campanha findou, após 21 dias, impôs-se aos iraquianos uma aparente derrota. Entretanto, despontou uma insurgência iraquiana, com uma estratégia de levar as forças de coalizão ao desgaste, pela **exposição na mídia internacional** dos resultados de uma guerra irregular. Ações de guerrilha, emboscadas, terrorismo seletivo e indiscriminado causaram elevadas baixas ao invasor e tiveram repercussão, ampliada pela mídia, na opinião pública mundial.

O crescente desdobramento e digitalização dos sistemas de transmissão por satélite e cabo, que transportam sinais de comunicação por TV, *Internet*, rádio, telefonia¹² é um indício de que **estamos diante da emergência de um conjunto de modalidades de transmissão cultural** (THOMPSON, 1999).

Uma continuidade dos sistemas modernos com os sistemas tradicionais de difusão é notória. Observa-se uma fase de transição, onde as novas tecnologias são introduzidas como parte integrante dos sistemas tradicionais (*op.cit.*). Um exemplo desta natureza gradativa da mudança são os aparelhos domésticos de televisão e rádio analógicos, que continuam sendo os principais aparelhos de recepção; também, a maior parte do material audiovisual transmitido pelas emissoras ainda é semelhante ou idêntico ao conteúdo da difusão tradicional. Antigos programas gravados em formato analógico – eletrônico ou película - estão sendo digitalizados e até recuperados. Observa-se, também, um uso complementar da *Internet* e do telefone para tornar alguns programas interativos.

¹¹ Em referência ao controlador da Telmex e da Embratel, o mexicano Carlos Slim, que é o principal acionista.

¹² Além destes serviços de maior alcance, outros mais específicos como o sistema de posicionamento global (GPS), as redes bancárias e comerciais e os sistemas militares, como o de escudo antimísseis, também usam estas tecnologias.

Thompson (1999) ao analisar os novos sistemas de comunicação, em especial por cabo e satélite, aponta quatro características fundamentais destas tecnologias: (1) aumentam enormemente a capacidade de transmissão de material audiovisual; (2) aumentam significativamente o caráter transnacional da transmissão audiovisual; (3) oferecem um conjunto integrado, cada vez maior, de serviços de comunicação e informação; e (4) possibilitam formas de comunicação mais personalizadas e interativas, pois dão aos receptores maior poder de seleção de canais e de serviços e capacidade, cada vez maior, de transmitir mensagens próprias através dos sistemas.

O autor comenta que o caráter transnacional dos sistemas modernos amplia a disponibilidade do material audiovisual no espaço e confere um caráter quase instantâneo da comunicação a distância. Esta nova realidade contrasta com os tradicionais meios de difusão televisiva que foram desenvolvidos principalmente dentro dos limites territoriais dos Estados-nação. Ampliam-se também as audiências, com “implicações de longo alcance para os processos de globalização”¹³ (THOMPSON, 1995, p.275).

A substituição da escassez pela multiplicidade de canais de difusão, acarreta algumas implicações fundamentais: (1) na participação de instituições que não são de difusão na ocupação de canais; (2) nos modos de regulação pelas autoridades do Estado; e (3) nos modos como o material audiovisual é recebido pelos consumidores (THOMPSON, 1999).

Uma implicação nos modos de regulação pelo Estado, apontada pelo autor (*op.cit.*), é que os princípios regulamentadores tradicionais, que se aplicavam a um cenário de poucos canais disponíveis, não podem ser aplicados diretamente aos sistemas de transmissão na nova realidade em que a escassez de canais não mais se apresenta como fator decisivo. Em consequência, os velhos monopólios e oligopólios, que caracterizaram o desenvolvimento inicial da difusão em muitos países, estão ameaçados¹⁴ pelo desenvolvimento desses novos meios de comunicação.

Diante deste novo cenário, novos problemas, vulnerabilidades, riscos e ameaças se manifestam. Um desafio que se apresenta às sociedades contemporâneas é a sua dependência cada vez maior às redes de telecomunicações, em especial às redes de computadores, que passaram a constituir uma infra-estrutura estrategicamente crítica. A esse respeito, comenta

¹³ Thompson (1995) toma como exemplo a difusão por satélite para as diferentes populações européias: a venda dos espaços publicitários considera que os produtos serão promovidos para um mercado pan-europeu.

¹⁴ Esta ameaça para os monopólios e oligopólios das telecomunicações, apontada por Thompson em 1995, baseado no cenário Europeu, está se revelando no Brasil em 2006 e 2007 com a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVVD), com forte reação da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e da ABRATEL (Associação Brasileira de Rádio e Difusão, Tecnologia e Telecomunicações).

Sampaio (2007):

Suas vulnerabilidades podem ser exploradas pelo inimigo para atacar as redes de comando e controle de uma imensa variedade de serviços públicos, até o ponto de criar o caos e implantar um tal grau de desmoralização, que um país, assim atacado, se desintegre, moral, psicologicamente e, até fisicamente. A questão de definir, então, que nova ameaça de guerra e não-guerra é imperiosa (SAMPAIO, 2007, p.1).

Nunes (1999, *apud* ANNUNCIACÃO, 2007) define guerra cibernética, ou ciberguerra, como a utilização de todas as ferramentas de Eletrônica e de Informática para retirar de operação os sistemas eletrônicos e de comunicações do inimigo, e para defender os sistemas próprios e dos aliados, para que se mantenham operacionais. O autor considera a guerra cibernética como parte da guerra eletrônica e de informações, que pode apresentar outras formas de atuação, tais como o combate aos sistemas de comando e controle, a segurança operacional, a pirataria eletrônica, o bloqueio de informação, a guerra baseada na informação ou mesmo a guerra psicológica.

A idéia de ciberguerra contém o conceito da palavra cibernética, de origem grega *kybernetiké*, que significa a arte de controle exercida pelo timoneiro sobre o navio e sua rota. Em 1948, no livro "Cibernética ou controle e comunicação no animal e na máquina", Norbert Wiener estendeu o conceito para aplicação de comando exercendo controle, no contexto da teoria do comando e da transmissão de informação por meios elétricos, mecânicos ou nervosos (SAMPAIO, 2007).

Mais do que um conceito, a ciberguerra é uma realidade. Em abril de 2007, a Estônia sofreu contínuos ataques cibernéticos contra os *sites* do país, vindos de todas as partes do mundo. O Ministério da Defesa estoniano acusou a Rússia pela "agressão". Estes ataques¹⁵ começaram quando um monumento, conhecido como Soldado de Bronze, foi retirado. A estátua era uma homenagem aos soldados do Exército Vermelho que combateram os nazistas na Segunda Guerra Mundial. Sua retirada provocou confrontos nas ruas de Tallin havendo ao menos um morto, vários feridos e detidos. O monumento é visto como um símbolo da opressão soviética por muitos estonianos. Para a Rússia, e para grande comunidade étnica russa da Estônia, a estátua é considerada um símbolo antifascismo e a sua remoção foi interpretada como um insulto. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, negou que seu governo tivesse qualquer envolvimento com os ataques, considerando as alegações como "completamente inverídicas" (SHEETER, 2007).

¹⁵ Os *sites* do governo, de muitas empresas e de bancos foram bombardeados por uma enorme quantidade de solicitação de informação, que esgotaram a capacidade de processamento dos seus equipamentos servidores.

Outro problema relevante que se apresenta é a **concentração das mídias**. As grandes operadoras de telecomunicações são os atacadistas modernos, que transportam um alto volume de informação, serviços e entretenimento através de suas redes mundiais. Televisão, rádio, telefonia, comunicação de dados e *Internet*, imagens, sons e textos que circulam o mundo, aproximando povos e culturas. Na última milha estão as operadoras locais, como varejistas das informações, que extraem e distribuem conteúdos informacionais através de suas redes de TV a cabo, telefonia fixa, celular, *Internet*, TV aberta, rádios, ou outros feixes de capilarização final. A clássica cadeia produção-distribuição-consumo se estabelece em um universo tecnológico de propagação em tempo real de um produto imaterial, de fluidez eletrônica. A máxima de Francis Bacon “**informação é poder**” se re-significa e potencializa-se: poder de quem detém, produz, transporta ou distribui.

2.2 POLÍTICA, SOCIEDADE, PODER MILITAR E A MÍDIA

A vontade política é decisiva no dimensionamento e manutenção de uma força armada equipada e preparada adequadamente para que possa cumprir sua missão. Em uma democracia, esta vontade deve ser a expressão das demandas da sociedade e, muitas vezes, se consubstancia em decisões decorrentes da ação de diferentes elementos, como os *lobbies* de setores específicos ou o clamor e a pressão popular.

As tecnologias de informação e comunicação de massa favorecem o direcionamento da vontade popular para o apoio a decisões políticas ou interesses de minorias. Este fato não é novo, e pode ser historicamente comprovado já em relação à mídia impressa e ao rádio.

Esta seção se propõe a apresentar uma reflexão sobre as relações entre Estados, e entre governo, classe política, povo e Forças Armadas, mediadas pelas tecnologias. As implicações políticas, à luz de conceitos teóricos e de fatos históricos e estratégicos, são consideradas.

2.2.1 O poder de pressão da vontade popular e o ciberespaço

Segundo Bobbio (2000), o poder é algo que se possui, mas que prescinde das relações sociais. Assim, o poder é social e manifesta-se no âmbito das interações entre atores¹⁶ da sociedade, pois, segundo o autor:

¹⁶ Entendendo-se neste trabalho como atores sociais os indivíduos, o Estado e as instituições sociais (como família, igreja, escola, Forças Armadas, governo, organizações não-governamentais, organizações internacionais ou transnacionais, a mídia de massa e a classe política).

[...] o poder é entendido como algo que se possui: como um objeto ou uma substância [...] que alguém guarda num recipiente. Contudo, não existe poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja (BOBBIO, 2000, p.935).

Novas formas de relacionamento social são trazidas por novas modalidades de comunicação. Lemos (2003) afirma que vivemos em cibercultura, que é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais. Segundo o autor, ela não é o futuro que vai chegar, mas o nosso presente, e se manifesta quando se usa o *home banking*, os cartões inteligentes, os celulares, *palms*, *paggers*, o voto eletrônico, o imposto de renda via rede, entre outros exemplos. A cibercultura representa, assim, a cultura contemporânea como consequência direta da evolução da cultura técnica, sem, entretanto, atender a um determinismo técnico ou social.

Estas novas formas de relacionamento social tornaram-se possíveis graças às novas interfaces de comunicação. O espaço criado pelas comunicações mediadas através das tecnologias digitais passou a chamar-se de **ciberespaço**. A expressão, *cyberspace* no original, foi cunhada por William Gibson, no clássico romance de ficção científica *Neuromancer*, rebatizando e ampliando o significado da até então chamada “esfera de dados”. Segundo a visão futurística de Gibson:

Ciberespaço. Uma alucinação experimentada diariamente por bilhões de operadores legítimos, em cada nação, por crianças aprendendo Matemática [...]. Uma gráfica representação de dados abstratos de bancos de cada computador no sistema humano. De complexidade impensável. Linhas de luz atravessando o não-espaço da luz, *clusters* e constelações de dados. Como luzes da cidade, [...] (GIBSON, 1984, p.51).

Outros neologismos derivaram da palavra ciberespaço, como *ciberpunk*, ciberocracia e, em especial, a expressão cibercultura que, na definição de Lévy (1999) designa.:

[...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores, que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p.17).

Lemos (2003) destaca que a cibercultura é repleta de novas maneiras dos indivíduos se relacionarem entre si ou com o mundo. Afirma que não se trata, mais uma vez, de substituição de formas estabelecidas de relações sociais, mas do surgimento de novas relações mediadas. Como o poder se expressa, conforme Bobbio (2000), no âmbito das relações sociais, pode-se dizer que o ciberespaço e a cibercultura ampliam os espaços de poder, com desdobramentos sociais, históricos, econômicos, culturais, cognitivos e ecológicos, derivados

da relação do homem com a técnica.

Através das novas TIC, **o ciberespaço tornou-se um espaço que favorece o encontro e a convergência de minorias** em movimentos, e as mídias de comunicação de massa passaram a ser usadas como instrumentos de amplificação de suas vozes e lutas. Barbero (*apud* ROCHA, 2002) afirma que os novos movimentos urbanos na sociedade contemporânea surgem com poder e força. Estes movimentos, que podem ser sociais, étnicos, regionais, femininos, ecológicos, dentre outros, superam a tradicionalidade política e confrontam a cidade feita de fluxos e informações. Agem como uma forte dinâmica de re-territorialização das lutas como espaços vitais para a cultura; encontram a diferença como espaço de aprofundamento da democracia e da autogestão; e descobrem a relação entre política e cultura.

O escritor Muniz Sodré (2001 *apud* ROCHA, 2002) identifica a voz e a ação das minorias como um ponto comum de diferentes eventos ocorridos contra o neoliberalismo. Exemplifica com as manifestações de Davos, do Fórum Mundial de Porto Alegre, do Banco Mundial e de outros encontros. Segundo ele, o argumento de que "numa democracia vence a vontade da maioria", é apenas quantitativo, uma vez que, qualitativamente, democracia é um regime de minorias, onde elas podem se fazer ouvir, como uma voz qualitativa. O autor aponta quatro características básicas dessas minorias: (1) vulnerabilidade jurídico-social diante da legitimidade institucional e das políticas públicas; (2) identidade *in statu nascendi*, ou seja, sua identificação social de minoria "na condição de uma entidade em formação, e que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes"; (3) luta contra-hegemônica, sem conflito armado, **fazendo da mídia um dos principais lugares dessa luta**; (4) emprego de **estratégias discursivas** e recursos de luta desarmada, como manifestações, invasões esporádicas, e **campanhas pela Internet, revistas, jornais, TV e rádio**.

2.2.2 A vontade política e o poder militar

Para se refletir a respeito da relação entre as decisões políticas e o poder militar, o conflito das Malvinas/Falklandas, em 1982, pode servir de bom exemplo, pois mostra o quão impactante podem ser os seus desdobramentos. Antes do conflito, a Inglaterra, influenciada pelas difíceis condições econômicas, havia adotado como premissa que a participação em conflitos se limitaria ao âmbito da OTAN, condicionando o desenvolvimento de suas forças militares. Em consequência, uma série de mudanças estava em curso, que afetavam, principalmente, a capacidade de operar fora da área de cobertura da aviação aliada baseada

em terra, ou dos grandes navios aeródromos americanos. Caso a deflagração do conflito das Malvinas tivesse sido retardada por cerca de um ano, dificilmente as forças navais britânicas estariam em condições de enfrentar um desafio a cerca de 8000 milhas (14.800 km) de suas bases principais. **A decisão política de reduzir as forças navais teria dado um desfecho desfavorável à Inglaterra.** De qualquer forma, o poder dissuasório do poder naval inglês havia sido reduzido, em virtude dos muitos projetos navais que não foram executados nos anos que antecederam o conflito, conforme aponta o historiador naval e *Rear Admiral* da Marinha Real Australiana, James V.P. Goldrick:

[...] o gasto em vidas e em recursos¹⁷ do Tesouro Nacional que a Grã-Bretanha teve que fazer para recapturar as Falklands foi maior que o que teria feito caso todos os projetos navais cancelados nos últimos 20 anos tivessem sido executados.

Outro aspecto que o caso das Malvinas ilustra, é que as decisões políticas muitas vezes são influenciadas por pretensões individuais ou de grupos específicos. A decisão da junta militar, que governava a Argentina em 1982, em executar o Plano Goa de invasão das ilhas Malvinas, teve como base a manutenção da junta no poder e pela busca de um mínimo de popularidade.

2.2.3 A influência da mídia de massa sobre a vontade popular

A penetração do uso das TIC pela população pode ser avaliada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa constatou que de 53.052.621 lares brasileiros, 48.476.947 (91,4%) possuem aparelho de TV, 46.698.262 (88%) possuem rádio e 9.845.292 (18,6%) microcomputador. A mesma pesquisa mostrou que num total de 152.740.402 pessoas de 10 anos ou mais de idade, 32.129.971 (21%) usaram *Internet* de 2003 a 2005, contra 120.604.879 (79%) que não fizeram uso. Os dados mostram ainda que **o meio de comunicação de massa de maior penetração é o rádio, seguido da televisão e por último da *Internet*.**

Toscani (1996) reflete sobre o que ele designa como **disfunção imbecilizante** do poder. O autor aponta para a **infantilização das massas** por propagandas, há mais de 30 anos, ao disseminarem a idéia de um mundo feliz, repleto de felicidade, beleza e consumismo. Monteiro (2007), ao comentar a obra de Toscani, considera que na verdade, ele resgata a idéia

¹⁷ A Grã-Bretanha teve como perdas: 255 mortos e 777 feridos; 2 destróieres, 2 fragatas e 2 navios auxiliares afundados; 3 destróieres, 3 fragatas e 2 navios auxiliares avariados; e 10 aviões e 24 helicópteros destruídos.

de “disfunção narcotizante” levantada pelos *Frankfurtianos* da Teoria Crítica. A disfunção narcotizante é a intoxicação do pensamento crítico pelo excesso de exposição à mídia massificadora e alienante. Monteiro (2007) observa que a disfunção narcotizante é um fato bem presente nos dias atuais, onde um indivíduo tem **contato direto e constante com os meios de comunicação de massa**, em um cotidiano que muitas vezes não se consegue distinguir o real do virtual.

O Brasil é um país em que a educação, em geral, não desenvolve a capacidade de reflexão e crítica nos cidadãos. Por outro lado, a população é super exposta aos meios de comunicação de massa, o rádio e a televisão em especial, e submetida a uma programação “massificadora e alienante”. A combinação destes fatores dá à mídia de massa um poder de induzir vontades populares diversas, inclusive aquelas que podem ser desfavoráveis à nação. Este fato justifica que essa relação seja estudada com maior profundidade no terceiro eixo teórico deste capítulo.

2.2.4 O poder do Estado sobre a sociedade

As idéias de controle sobre a sociedade e indivíduo se manifestam a partir dos séculos XVII e XVIII, como o modelo de controle “Panóptico” do filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), e chegam ao século XX no “poder das sociedades disciplinares” de Michel Foucault (1926-1984). Em ambos, tem-se uma distribuição capilar do poder como um dos pólos fundamentais de controle das massas (GIARDULLO, 2007).

O modelo idealizado por Bentham era de prisão com celas individuais, separadas por paredes, com disposição circular e parte frontal exposta à observação de uma torre central situada ao alto, de onde um diretor poderia ver sem ser visto. O modelo também era aplicável à observação e controle de sujeitos em internatos, hospitais ou manicômios. A idéia era permitir um acompanhamento detalhado da conduta daqueles indivíduos pelo diretor, mantendo-os observáveis em um ambiente que teria sempre a incerteza do observado sobre a presença furtiva e alternada do observador. Desta incerteza esperava-se eficiência e economia no controle dos subalternos, pois, na dúvida, eles mesmos tenderiam a se vigiar. O sistema também permitiria um controle externo, pois a torre permitia uma observação das celas e do próprio diretor, com o propósito de avaliar a qualidade da administração. Este modelo de vigilância se espalhou por toda a sociedade formando uma rede ramificada.

Foucault, em seu livro “Vigiar e Punir” (1976), aborda o tema da “sociedade disciplinar”, entendida como um sistema de controle social através da conjugação de

diferentes técnicas de classificação, seleção, vigilância e controle, que se ramificam pelas sociedades apoiadas em uma cadeia hierárquica, sustentada por um poder central, e se estendendo numa rede de poderes interligados e capilares. Nesta perspectiva, o ser humano é selecionado e catalogado individualmente, não para valorizá-lo por suas particularidades, mas para melhor controlá-lo. A idéia era dissecar o corpo social, transformando a massa amorfa em micro seções individuais, para poder conhecer e controlar. O poder, nesse sentido, é exercido de forma celular, baseando-se, portanto, numa "Microfísica do Poder" (termo usado como título em outra obra de Foucault em 1981): dividir, classificar, conhecer cada célula social para governar.

É possível se estabelecer uma relação entre as idéias de Bentham e Foucault com as ficções de Aldous Huxley e George Orwell (GIARDULLO, 2007), e com o próprio contexto atual. O fato das tecnologias de informação e comunicação favorecerem a centralização do poder do Estado e de aumentarem sua capacidade de controle e vigilância sobre o cidadão, tem sido objeto de discussões legais, éticas e filosóficas.

2.2.5 O poder brando (*soft power*) na relação entre os Estados

Com o fim da rivalidade entre as duas superpotências, que condicionou a ordem mundial entre o término da Segunda Guerra Mundial e o final de década de 80, passou a reinar na comunidade internacional uma certa perplexidade: qual a nova ordem mundial? Qual o papel que nela cabe aos protagonistas tradicionais? Qual o papel que nela cabe aos países que foram assumindo a posição de potências emergentes, entre os quais o Brasil? Observa-se, então, uma comunidade internacional muito diferente da existente ao término da Segunda Grande Guerra (MAIOR, 2006).

Após várias décadas de ordem internacional bipolar, com duas superpotências disputando hegemonia, era natural que, com o desaparecimento de uma delas, a outra se considerasse o centro da nova ordem e passasse a atuar no sentido de obter que os demais a reconhecessem como tal. Entretanto, também era de se esperar que, com o desaparecimento da ameaça soviética, a liderança de Washington, necessária à segurança do ocidente, perdesse expressividade diante de outras potências tradicionais e dos chamados países emergentes.

No novo jogo internacional do poder, a ordem mundial como reflexo de instrumentos, tal qual a Carta das Nações e o Tratado de Não-Proliferação, já não satisfazia plenamente a nenhum dos Estados (*op.cit.*). A relevância do poder militar não teria desaparecido, porém sua importância diminuía. Observou-se que se estabelecera uma **complexidade tridimensional**

nas formas de distribuição de poder: uma **unipolaridade** expressa pela superioridade quantitativa e tecnológica do poder militar norte-americano; uma **multipolaridade** do poder econômico, expressa por forte interdependência dos Estados na economia globalizada; e uma **dimensão amorfa** (sem forma estável) que se manifesta nas atividades transnacionais legais de instituições, como as corporações multinacionais e organizações não-governamentais (ONGs), ou nas atividades transnacionais ilegais, como o terrorismo, o narcotráfico e a lavagem de dinheiro.

Segundo Souto Maior (2006), o êxito da atuação internacional dos Estados Unidos no novo jogo de poder ficou mais dependente de sua capacidade de utilizar diferentes recursos: os meios militares; a influência econômica americana; os aspectos positivos de seu sistema político-social; e a sua **capacidade de difusão cultural**.

Segundo Nye (2001), o *softpower* é uma forma suave ou indireta de um Estado exercer o poder sobre outro. Ele baseia-se em recursos como a capacidade de atração de idéias ou a capacidade de determinar a agenda política, com a finalidade de moldar as preferências expressas por outros. É por meio do *softpower* que se estrutura as convicções e as preferências dos outros Estados. Esta característica de determinar preferências tende a estar associada a recursos de poder intangíveis, tais como **cultura**, **ideologia** e **instituições**. Portanto, por *softpower* um país pode atingir os seus objetivos na política mundial pelo alinhamento ou concordância de outros países. Pode também levar outros a alterar o seu comportamento em situações particulares, fixar a agenda ou determinar o enquadramento de um debate (NYE, 2001).

2.2.6 Cenário atual, problemas e desafios

Entre os problemas políticos mais relevantes trazidos pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, estão aqueles referentes à regulamentação da difusão por satélite. Thompson (1995) afirma que “A transmissão via satélite não respeita as fronteiras nacionais, e é, por conseguinte, consideravelmente mais difícil de ser monitorada e controlada pelas autoridades regulamentadoras de um Estado-nação” (THOMPSON, 1995, p.274). Além de perder a ingerência direta sobre a regulamentação de conteúdo, um Estado perde também o poder de conceder o acesso aos novos meios de transmissão. Assim, a transmissão direta por satélite, como também os sistemas integrados cabo-satélite, tornaram-se um novo desafio aos modelos de transmissão tradicionais. Como os sinais podem ser transmitidos através das fronteiras nacionais e recebidos pelo consumidor direta ou indiretamente, o desafio se dá na

capacidade dos governos de regulamentar o conteúdo e a transmissão de material audiovisual.

O Direito Internacional Público conceitua intervenção como a interferência de um Estado ou um grupo de Estados para impor a sua vontade, nos assuntos internos ou externos de outro Estado soberano, sem o consentimento deste, com a finalidade de manter ou alterar determinada situação. Além das formas abertas de intervenção, como a econômica, diplomática e armada, a intervenção oculta, que se dá pelo uso da propaganda, também é reconhecida (PEREIRA, 2007). Estar atento para detectar movimentos de intervenção oculta é outro desafio que se apresenta aos Estados.

A influência estrangeira e a concentração das mídias são problemas crônicos no Brasil, que ocorre desde o final do Século XIX, conforme destaca Haussen (2007) ao analisar o cinema no Brasil:

[...] a partir de 1896, no Rio de Janeiro, a concentração da exploração e da distribuição evidenciava-se nas mãos de poucos empresários. As primeiras produtoras, por sua vez, foram responsáveis pela implantação de uma indústria de caráter incipiente, entre elas a Cinédia (1930), a Atlântida (1941), a Vera Cruz (1949) e a Maristela (1950). A curta vida de algumas dessas produtoras pode ser explicada pela falta de organização, má administração, dificuldades de distribuição além da concorrência estrangeira (HAUSSEN, 2007, p.1).

Outro fato que merece atenção, em uma época de guerras assimétricas em ambiente urbano, é a **vontade da população**¹⁸ como escudo de proteção¹⁹. Um exemplo ocorreu em Tora Bora, região montanhosa, e cheia de túneis e cavernas do Afeganistão, usada em novembro de 2001 como esconderijo por Bin Ladin. Tenet (2007) apresenta o relato de um oficial da agência central de inteligência americana (CIA – *Central Intelligence Agency*) sobre este refúgio:

[...]Ele tinha a montanha às suas costas, um campo desimpedido para lançar fogo à sua frente, e uma população local sem vontade de confrontá-lo ou expulsá-lo (OFICIAL DA CIA *apud* TENET, 2007, p.226).

Neste sentido, as mídias de mais fácil acesso e implementação, mas que, apesar de seu pequeno raio de ação, podem ser eficazes na moldagem da vontade popular, merecem atenção. Entre elas, incluem-se as rádios comunitárias (legais ou “piratas”), os panfletos impressos e os jornais locais, que, durante um conflito, passam a ser instrumentos das partes

¹⁸ Influenciável pela mídia, mas fortemente dependente da cultura local.

¹⁹ Este aspecto também tem se revelado um problema no âmbito da GLO (garantia da lei e da ordem) em comunidades carentes, como nos morros do Rio de Janeiro, onde o tráfico de drogas usa a população como escudo e mobiliza parte da comunidade em seu favor.

em contenda.

2.3 A MÍDIA DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E O PODER DAS MENSAGENS

2.3.1 Comunicação de massa

Thompson (1995) considera a expressão "comunicação de massa" como um termo geral que se refere a uma série ampla de meios técnicos e instituições ligados à **produção e difusão de bens simbólicos**. O autor apresenta as seguintes definições para comunicação de massa:

[...] produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos, através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação.
 [...] um conjunto de fenômenos e processos que emergiram historicamente através do desenvolvimento das instituições, que procuram explorar novas oportunidades de fixação e de reprodução dessas formas.

O autor (*op.cit*) aponta quatro características da comunicação de massa: (1^a) a produção e difusão institucionalizadas de bens simbólicos; (2^a) institui uma ruptura fundamental entre a produção e a recepção de bens simbólicos; (3^a) aumenta a acessibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço; e (4^a) implica na circulação pública das formas simbólicas.

As instituições de comunicação de massa se desenvolveram oferecendo produtos que circulam dentro de um "domínio público", no sentido que "eles são acessíveis, em princípio, a qualquer um que tenha os meios técnicos, as habilidades, os recursos para adquiri-los" (THOMPSON, 1995, p.292).

2.3.2 A mídia de massa como instrumento de *soft power*

Os Estados Unidos têm buscado, nos últimos anos, desenvolver o seu *soft power*. Um dos focos deste desenvolvimento é a *mídia*. O Departamento de Estado norte-americano e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional²⁰ (USAID) mantêm

²⁰ De 1990 a 2001, a USAID liberou US\$ 270 milhões para apoio da imprensa no ex-bloco soviético e em países em desenvolvimento. Deste total, cerca de US\$182 milhões foram gastos no Leste Europeu e nos antigos satélites soviéticos. Grandes investimentos foram feitos em campanha de mídia na Sérvia e na Bósnia, antes do presidente Slobodan Milosevic ser derrotado pelos eleitores em 2000 depois de ter presidido guerras sangrentas na Croácia, Bósnia e Kosovo.

programas de apoio à mídia, que têm como objetivo "apoiar a imprensa livre no ex-bloco soviético e em países em desenvolvimento". Schieck²¹ (2007) justifica o apoio, argumentando que “os Estados Unidos tentam manter esses países movendo-se em direção à democracia, ajudando-os na formação, treinamento e proteção de jornais, rádio e televisão livres e independentes”. Os programas contemplam quatro frentes: (a) educação jornalística; (b) desenvolvimento da indústria da mídia; (c) ajuda a grupos locais de jornalistas, editores, advogados de direitos humanos ou de legisladores; (d) ajuda na formação de associações profissionais de jornalistas, editores e proprietários de empresas de mídia.

Na frente da educação jornalística, várias ações são empreendidas: envio de jornalistas e professores americanos ao exterior para palestras, a fim de que os jornalistas analisem estilos de reportagens, precisão, equilíbrio, justiça, coleta de informações, escrita clara, separem comentário de reportagem e protejam as fontes; orientação sobre como lidar com temas delicados como conflitos étnicos, direitos das mulheres e HIV/Aids; e envio de jornalistas aos Estados Unidos para visitarem jornais e estações de rádio e TV americanas, e para participarem de seminários especiais e cursos na Voz da América ou em instituições de ensino superior (SCHIECK, 2007).

Em relação ao desenvolvimento da indústria da mídia, os programas dos EUA ensinam aos gerentes e proprietários de empresas de mídia sobre propaganda, marketing e gerenciamento financeiro. Fundamentam este apoio no argumento que os pontos de venda de mídia precisam ser capazes de ganhar dinheiro, pagar salários decentes e cobrir os custos de produção, da impressão à transmissão, para que possam manter-se livres do controle governamental.

O apoio a legisladores é justificado como incentivo para que eles esbocem leis que protejam a imprensa cobrir o governo e outros temas sem medo de perseguições; Os fundos também se destinam à educação de advogados de mídia e para a ajuda à defesa jurídica de pontos de venda de mídia.

A ajuda na formação de associações profissionais tem como motivação reforçar a proteção de membros individuais daquelas entidades e estimular a realização de encontros e entrevistas com representantes públicos. A proteção é para que os profissionais possam realizar funções típicas de associações como a definição de padrões, o encorajamento aos membros na melhoria de qualidade e confiabilidade, e a obtenção de maior acesso a documentos públicos.

²¹ Frederick W. Schieck é Administrador Adjunto da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

A USAID dá apoio também à mídia de países em regiões de conflito, como o Afeganistão, através de seu escritório de iniciativas de transição (*Office of Transition Initiatives* - OTI). Fornece treinamento e desenvolvimento de infra-estrutura, e, segundo Schieck (*op.cit.*, p.2) “dissemina notícias positivas e informações de apoio aos valores e processos democráticos”, promovendo mensagens específicas “de paz, tolerância e participação democrática.”.

O Departamento de Estado norte-americano, através da USIA (*U.S. Information Agency*), tem enviado jornalistas e acadêmicos americanos para treinar repórteres, editores e jornalistas, de rádio e TV, para a Nigéria, Guiné, Costa do Marfim e dezenas de outros países (SCHIECK, 2007).

Em contrapartida, a mídia internacional, em diferentes ocasiões, foi responsável por criticar o poder militar americano. O ataque a alvos civis de infra-estrutura, como usinas elétricas, durante as operações anti-Milosevic na Bósnia e no Kosovo na década de 90, gerou reações na imprensa (KEEGAN, 2005).

A Guerra do Iraque é rica em exemplos e casos que confirmam a importância da mídia de massa nos conflitos modernos, e a manipulação de informações com propósitos políticos, econômicos e militares. A manipulação de informações em 2002 e 2003 pelos governos americanos e inglês, com a intenção de sustentar uma justificativa para a guerra, que tivesse apoio da opinião e do congresso ou parlamento, veio à tona após a campanha de invasão e nos anos subsequentes.

A relação imprensa, governo, justiça, inteligência, parlamento e pesquisa científica é, em muitos casos, intensa, embora implícita. Em algumas situações essas relações acabam se revelando. Foi o caso na Inglaterra, relatado por Keegan (2005), quando às 06h17min do dia 29 de maio de 2003, Andrew Gillian, no Today, principal programa matinal de notícias da BBC, divulgou uma informação que alimentou os argumentos daqueles contrários à política do Primeiro-Ministro Tony Blair em relação ao Iraque. A suspeita de que a Grã-Bretanha tivesse ido à guerra por questões não-fundamentadas, encontrou apoio na divulgação por Gillian de que "um funcionário da administração pública envolvido na preparação do dossiê havia dito que o relatório fora alterado, na semana anterior à sua divulgação, para tornar-se mais sexy". Exemplificou dizendo que a frase "as armas de destruição em massa estavam prontas para serem acionadas em 45 minutos", teria sido incluída contra a vontade de alguns dos relatores do dossiê, por ter vindo de apenas uma fonte, ao invés de duas ou mais como era habitual.

O programa provocou grande repercussão, atraindo o interesse de vários setores, a

ponto de levar Alastair Campbell, porta-voz oficial do primeiro-ministro, a negar a autenticidade desta informação, depois que ele e Gillian testemunharam perante o Comitê de Assuntos Estrangeiros da Câmara dos Comuns. A identificação do funcionário por Gillian tornou-se foco de interesse da imprensa e do governo no final do mês de junho. Em 1º de julho, o Ministério da Defesa recebeu uma carta do Dr. David Kelly se identificando como o funcionário citado. Ele enfatizou que não tinha a intenção de minar a política do governo, que era favorável à guerra e admitiu ter dito que a frase talvez tivesse sido inserida no relatório para criar impacto. Em consequência, o Dr. Kelly foi chamado a depor perante aquele comitê em 15 de julho, **com transmissão pela televisão**, e perante o Comitê de Inteligência e Segurança (ISC) em 16 de julho. Apesar de reconhecido como cientista de valor e como funcionário público dedicado, foi ridicularizado e tratado com grosseria por um político do Partido Trabalhista, Andrew Mackinlay, que o chamou de "raia miúda" e de "otário". Dr. Kelly sumiu em 17 de julho, ao sair de casa após o almoço, e seu corpo foi encontrado em um bosque ermo, em condições que indicavam ter cometido suicídio. Sua morte provocou uma crise política declarada no Reino Unido.

Um inquérito foi aberto para apurar a morte de Kelly, conduzido com amplos poderes, entre 11 de agosto e 25 de setembro, por Lorde Hutton, um alto funcionário da justiça. O próprio primeiro-ministro, o secretário de Estado de Defesa, o presidente do Conselho Diretor da BBC e o diretor geral da emissora foram chamados como testemunhas. Em 28 de janeiro de 2004, Lorde Lutton publicou seu relatório, que causou consternação junto aos opositores da guerra. Havia a expectativa de que o juiz encontrasse motivos para tecer críticas à decisão do governo ir à guerra nos documentos usados como prova. Ao invés disso, Lutton decidiu focalizar quase todas as suas críticas sobre a BBC, que levou à renúncia do presidente do conselho diretor Gavyn Davies e do diretor geral Greg Dyke (KEEGAN, 2005).

Este caso ilustra os seguintes fatos: (1) a disseminação de informação pela mídia com a finalidade de sustentar uma decisão política do governo; (2) a transmissão em programa de notícias com muita audiência de declaração que colocou em cheque a argumentação do governo, repercutindo na opinião pública; (3) o uso da televisão desqualificando publicamente um conceituado cientista; (4) a crise política gerada pela morte do cientista; e, por fim, (5) a apuração dos fatos que, contrariamente às expectativas da oposição conservadora no Parlamento e de muitos membros do partido Liberal, amenizou a manipulação do governo e a morte do cientista, e foi implacável na crítica e na censura a um órgão de imprensa. Keegan (2005, p.267) comenta: “[...] nenhuma indignidade dessa monta jamais se havia abatido sobre uma instituição que continuava a se considerar, com alguma

razão, a maior agência de notícias do mundo".

O caso exemplifica também o perigoso poder da mídia em execrar publicamente um indivíduo, pela difamação e desqualificação orquestradas pelo governo de "forma tortuosa e pouco franca", levando-o a um trágico fim (KEEGAN, 2005).

Lima (2007, p.1) indica que as políticas de gerenciamento de crises, promovidas pelo governo americano a partir do caso 11 de setembro de 2001, passaram a usar o **efeito midiático**, como um expediente "indispensável à nova política americana para o mundo, na guerra global contra o terrorismo".

2.3.3 O poder das mensagens

A divulgação de produções gráficas, fonográficas, cinematográficas e televisivas, de impacto cognitivo e afetivo sobre as pessoas, tem se mostrado presente nos meios de comunicação de massa de países ao redor de todo mundo. A indústria do entretenimento e da informação prosperou no século passado e, com o advento das comunicações óticas e por satélite, que reduziu custos e ampliou a capacidade de comunicações internacionais, globalizou-se. Noticiários, filmes, novelas, *shows*, música, vídeo *clips*, seriados, comédias de situação, uma variedade de produções que quase que instantaneamente são distribuídas pelo mundo e atingem, na ponta final, milhões de "corações e mentes".

Jaguaribe²² (2004) adverte que através da mídia é possível submeter à opinião pública e autoridades brasileiras a uma endoutrinação longa e persuasiva, que pode ser potencialmente perigosa, ao conter um enquadramento discursivo voltado a conivências de interesses econômicos e políticos estrangeiros. O autor exemplifica: o caso do acordo de Alcântara, onde a "proteção de segredos" disfarçava as cláusulas de "extraterritorialidade" e existia um discurso, propalado pela mídia, que apresentava "os interesses estratégicos americanos coincidentes com os do Brasil".

Assim, dada a capacidade das TIC de distribuírem mensagens em múltiplos formatos e com grande capilaridade e abrangência, e o poder de influência sobre a opinião pública, justifica uma atenção maior sobre as formas com que as mensagens podem ser manipuladas, intencionalmente ou não. Este estudo, em seguida apresentado, está dividido em três segmentos, a saber: (a) enquadramento discursivo; (b) censura; e (c) outras formas de manipulação.

Milhões de cidadãos diariamente voltam a sua atenção para os noticiários veiculados

²² Hélio Jaguaribe é sociólogo, membro do Instituto de Estudos Políticos e Sociais.

pela mídia. A noção de **enquadramento** (*framing*) ganhou destaque nos estudos de comunicação, tendo como fio condutor de investigação os conteúdos disseminadores pela mídia e o relacionamento entre mídia e opinião pública. (VREESE, 2005). Gitlin (1980, *apud* VREESE, 2005), define o **enquadramento de notícias** como **um processo que estabelece modelos persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, pelos quais um discurso é organizado**. O autor emprega a expressão *symbol-handlers* para designar aqueles que manipulam simbolicamente os discursos. Capella e Jamieson (1997, *apud* VREESE, 2005) sugerem que o enquadramento ativa o conhecimento, estimula o cabedal cultural de moral e valores, e cria contextos. Assim fazendo, define problemas, diagnostica causas, faz julgamentos morais e sugere remédios.

Aldé (2007) investigou os mecanismos psicológicos e discursivos que transformam a mídia numa referência privilegiada para a obtenção de enquadramentos por sujeitos, em virtude de ser capaz de “fornecer as explicações” mais recorrentes no discurso dos cidadãos comuns sobre a política. Segundo a autora, estas "explicações fornecidas" transformam-se em justificativas discursivas para as atitudes e escolhas políticas do cidadão. Um indivíduo tem necessidade psicológica e social de construir justificativas plausíveis e defensáveis para suas atitudes e ações políticas. A mídia de massa provê explicações facilmente assimiláveis formando nos indivíduos quadros de referência sociais, conceituais e afetivos.

Um enquadramento comum nas mídias de massa, principalmente a televisiva, é o da **personalização da política**. A personalização das notícias sobre a política, em certo grau, baseia-se na empatia da figura pública com o telespectador individual. Esta personalização, chamada de *novelização* por Aldé (2007), obedece a uma lógica afetiva, em detrimento de uma lógica racional de análise de propostas políticas, leis, políticas públicas, negociações ou outros temas abstratos, difíceis de traduzir em imagens. **O meio audiovisual é um terreno fértil para se construir e reproduzir estereótipos afetivos**. O uso deste mecanismo produz resultados até em cidadãos informados, que muitas vezes avaliam instituições e temas políticos a partir da percepção de competência, capacidade e autoridade de algum líder, qualidades essencialmente pessoais²³, muitas vezes descontextualizada. Segundo a autora, a criação de personagens políticos é uma herança histórica:

[...]nossa herança ibérica, de tradição centralizadora e paternalista, nossa tendência histórica ao "sebastianismo", ao caudilhismo, à idolatria popular por líderes que mobilizam o imaginário nacional, como foram, entre outros, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Tancredo Neves e Fernando Collor (ALDÉ, 2007, p.13).

²³ Neste sentido, Silveira (1998) afirma que em momento eleitoral as escolhas são orientadas por critérios personalistas e intuitivos, e não por programas ou propostas políticas.

Outro exemplo é o apoio da grande mídia das multinacionais, que apresenta a iniciativa do projeto ALCA²⁴ como extremamente favorável aos países latino-americanos, pois, segundo seu enquadramento, lhes proporcionaria **livre acesso ao grande mercado** norte-americano, além de canalizar um importante **fluxo de capitais e de tecnologia**. Livre acesso a mercados, fluxo de capitais e fluxo de tecnologias são molduras recorrentes no contexto da globalização. São proferidas pelos Estados fortes, ao tentarem penetrar nos mercados alheios, mas postas de lado quando defendem seus próprios mercados domésticos.

Outro enquadramento comum é encontrado na mídia americana e inglesa: a moldura do “mocinho-bandido” (*bad guy-good guy*), que alinha os personagens aos “eixos” do bem e do mal, e elege um xerife como protetor dos bons contra as investidas dos maus, e garantindo a ordem e os “bons” valores, como a liberdade e a democracia. Keegan (2005, p.20) em seu livro intitulado “A Guerra do Iraque” (*The Iraq War*), escreve sobre Saddam Hussein:

Derrotado e humilhado, ele insistiu em continuar fazendo o papel do homem forte, **recusando-se** a comprovar para as Nações Unidas que havia desistido de desenvolver armas de destruição em massa, com as quais havia alimentado suas **ambições**[...] **transgressor** com as Nações Unidas e países aliados. Finalmente, tendo esgotado a **paciência do Governo** norte-americano viu-se frente a frente com uma nova ameaça de guerra. Mesmo assim **recusou-se** a abrir as instalações e dar garantias que teriam evitado as conseqüências de sua intransigência (KEEEGAN, 2005, p.20, grifo nosso).

Na visão²⁵ do autor inglês, a teimosia do derrotado, humilhado, transgressor, ambicioso, e destruidor Saddam Hussein foi o responsável pelo conflito, após ter esgotado a paciência do governo americano. E a figura do garantidor da ordem é reforçada e fica explícita na sentença de fechamento do último capítulo do livro:

No entanto, a realidade da campanha do Iraque de março-abril de 2003 constitui um guia melhor sobre o que precisa ser feito para **garantir a segurança** do planeta do que qualquer conjunto de leis ou tratados que venham a ser produzidos (2005, p.268, grifo nosso).

²⁴ O projeto ALCA é uma iniciativa dos Estados Unidos destinada à formação de uma área pan-americana de livre comércio, desde o Alasca até a Patagônia (JAGUARIBE, 2004, p.79).

²⁵ O que se pretende com este exemplo, é exemplificar a moldura discursiva conformada pelo ponto de vista do autor, dentro de um enquadramento típico da mídia anglo-americana. As qualidades do *bad guy* iraquiano e de *good guy* americano foram inferidas a partir das palavras em grifo.

O enquadramento “mocinho-bandido” (*bad guy/good guy*) também aparece em grandes produções televisivas e cinematográficas. O inteligente, sedutor e educado agente secreto 007, durante o período da Guerra Fria, personificou o “sucesso, o conforto e as benesses” oferecidas pelo capitalismo, contra o vilanismo “rude, implacável, perverso, cruel e inferior” do comunismo. No pós-Guerra Fria, o “eixo” do vilanismo desloca-se. A feição russa do vilão comunista é substituída pela imagem plástica estereotipada de um *bad guy* árabe ou oriental. Muda também a figura do herói. O agente “herói” antiterrorista Jack Bauer, do seriado de TV 24 horas, seqüestra, mata, tortura e transgride os direitos civis individuais, em nome da segurança coletiva antiterror e pela defesa da “democracia e da liberdade” de uma nação. Mudam as fases históricas, mas a fórmula das mensagens se mantém: **disseminar a ameaça, tipificar o inimigo e glorificar a defesa. Mensagens que circulam pelo mundo e se alojam no inconsciente de milhões de espectadores.**

Outra forma de manipulação e controle de informações é a **censura**, que tira das vistas da opinião pública fatos e temas que poderiam gerar reações desfavoráveis aos interesses de um determinado grupo. Pode ter natureza diversa, como econômica, moral, militar, política ou ideológica.

A **censura de guerra** é comum em períodos de conflito armado. Por exemplo, William Codrington, Comandante-em-Chefe inglês, expediu uma ordem geral, em 25 de fevereiro de 1856, proibindo a publicação de detalhes de valor para o inimigo durante a guerra da Crimeia. Esta ordem é o primeiro registro de censura militar na imprensa escrita (MATTOS, 1991).

Os Estados Unidos não impuseram grande censura durante a Guerra do Vietnã. Mantinham uma campanha intensiva de relações públicas, que tentava cooptar jornalistas convidados a divulgar uma versão oficial da guerra. Ofereciam mordomias e apelavam para o espírito patriótico daqueles jornalistas. Foi a primeira guerra da imagem devido à presença da TV, que contribuiu para que o público americano apoiasse a guerra até 1967. A partir de 1968, **as imagens começaram a afetar o moral e o orgulho do país**, pois mostravam como os americanos estavam perdendo a guerra, a escalada dos ataques do inimigo, a rendição de uma divisão inteira de marines e os inúmeros soldados feridos (*op.cit.*). Deu-se origem a uma reação na opinião pública, que passou a mostrar-se contrária à guerra. O efeito desta reação provocada pela mídia passou a ser denominada **efeito Vietnã**.

Durante a Guerra das Malvinas, a censura militar foi executada. A imprensa inglesa era mantida à distância, havendo confisco de imagens e orientação aos correspondentes sobre o que deveriam escrever. Quando um míssil *Exocet* atingiu o navio inglês *Sheffield*, a

imprensa só teve acesso três dias depois. Ao retornar da visita ao navio, fitas e filmes fotográficos foram confiscados, os despachos jornalísticos foram submetidos à censura, e o material só foi liberado um mês depois.

Ribeiro (2006) apresenta **outras formas de manipulação**, a saber: *Argumentum ad nauseam*; apelo à autoridade; apelo ao medo; bode expiatório; desaprovação; efeito dominó; estereotipificação ou rotulagem; homem comum; palavras virtuosas; racionalização; *slogan*; super-simplificação; termos de efeito; testemunho; transferência e vagueidade intencional. O ANEXO A reproduz os conceitos apresentados pelo autor.

2.3.4 As novas armas de defesa

Novas armas de defesa podem se antepor às ameaças psicossociais diluídas nas mensagens que circulam pelas mídias de comunicação de massa. As discussões sobre defesa na guerra de informações têm dado ênfase à questão tecnológica, onde aparecem e se incorporam mecanismos de antivírus, *firewalls*, sistemas de detecção de intrusos, criptografia, sistemas de autenticação, entre outras técnicas, sem dar ênfase na prevenção contra possíveis riscos contidos em mensagens veiculadas pelas mídias de massa. Neste sentido, três métodos discursivos podem ser úteis na detecção e abordagem destas ameaças informacionais, a saber: (a) a Análise do Conteúdo (RIZZINI, 2000); (b) a Análise Retórica (MAZZOTTI, 2000) e (c) a Análise do Discurso (BRANDÃO, 2004; MADEIRA, 2005). A primeira é capaz de identificar as recorrências de idéias veiculadas, a segunda a estrutura lógica de convencimento e de como a argumentação é montada, e a terceira os modos como discursos são proferidos relacionados ao contexto social de quem os constrói. O apêndice A detalha estes três tipos de análise.

2.4 O VALOR HUMANO NO PODER MARÍTIMO

O valor dos homens que conduzem e realizam as operações militares é notório e reconhecido como essencial, ao lado da diplomacia, da vontade política e do povo. A guerra moderna, em face da evolução tecnológica, inclui equipamentos cada vez mais avançados e, em conseqüência, cada vez maior é o **nível exigido de formação e adestramento** do pessoal militar. Diante destas exigências, a conscrição compulsória tem merecido exame crítico. Por ser de pequeno período de tempo (em geral um ano), é insuficiente para preparar um contingente familiarizado com sistemas de alta tecnologia. Torna-se imprescindível, para

contrabalançar a massa de conscritos, a manutenção de núcleos de militares de carreira com excepcional nível de instrução e adestramento, e elevado grau de profissionalismo (VIDIGAL, 1984).

O sucesso inglês na campanha das Malvinas, tomado como exemplo, foi resultado, principalmente, da **competência, habilidade, resistência e resolução do pessoal**, alcançada pela adoção do critério de voluntariado, com cuidadosa seleção, adestramento de alto nível e elevado grau de profissionalismo do soldado britânico (VIDIGAL, 1984).

No mundo pós-Guerra Fria, houve uma mudança radical nos objetivos e estratégia da guerra militar, que não acabou, nem ficou menos freqüente. Segundo Vesentini (2004), mudaram a concepção de inimigo, **a seleção e preparação dos militares** e a logística.

William J.Perry, ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos identifica três traços de uma “nova defesa”: (1º) ênfase nas novas tecnologias de precisão no lugar da ênfase nos meios de destruição em massa; e (2º) mudança no entendimento de defesa, que passa a ser preventiva ao invés de emular e ameaçar o inimigo; e (3º) mudança da **concepção de soldado**.

Na atualidade, o conhecimento e a informação tornaram-se atributos mais importantes do que a força ou habilidade física, até mesmo em profissões, como a militar, que prescindem destes atributos físicos. Vesentini (2004) apresenta dois exemplos desta mudança: (1º) cada vez mais existem mulheres engajadas nas Forças Armadas; (2º) na guerra do Golfo de 1991, o exército norte-americano em combate tinha mais de 98% do seu efetivo composto, pela primeira vez na história das guerras, por pessoas com nível de escolaridade mínima correspondente ao ensino médio completo (*high school*). Segundo este autor, a separação entre militares e civis, característica e intensa desde a época napoleônica até a Guerra Fria, está se diluindo, em virtude dos militares estudarem em colégios e universidades civis, onde adquirem a necessária titulação acadêmica para o oficialato, e também pelo crescente envolvimento da sociedade civil com questões de segurança e defesa.

Em inúmeros outros países, incluindo os Estados Unidos, não existe mais o alistamento obrigatório, que foi substituído pelo engajamento voluntário. Em muitos destes países, as Forças Armadas disputam no mercado de trabalho profissionais altamente capacitados, como engenheiros, médicos, sociólogos, psicólogos, analistas de sistemas, físicos, dentre outros, para transformá-los em oficiais (VESENTINI, 2004).

No Brasil, há mais de vinte anos que a necessidade de um esforço geral dos militares pelo reerguimento do Poder Militar do país tem sido apontada. Flores (1982, p.15) exorta que a Marinha inteira e a Alta Administração Naval “empreendam um esforço lúcido, competente e perseverante para propagar a importância do fortalecimento do Poder Marítimo, nas suas

duas componentes principais: a Marinha Mercante e a Marinha de Guerra”. E indica que esse esforço deve começar de dentro para fora:

[...] deve ser dirigido aos civis da Marinha, aos praças, aos Oficiais[...] É provável que seja necessária uma remotivação da Marinha para que, a partir desta, seja concatenado um esforço junto à opinião pública do país e junto à Alta Administração (FLORES, 1982, p.15).

O autor (*op.cit*) reconhece que uma campanha deste tipo não é fácil, pois uma Marinha eficiente, moderna e capaz, depende de investimento vultoso para aquisição e manutenção de meios navais e materiais de alto custo. Diante de outras necessidades nacionais agudas e pungentes, em especial das sociais e econômicas, a argumentação para efetuar despesas com navios, sistemas de armas, munições, torna-se um desafio a ser enfrentado. É necessário para este enfrentamento, antes de tudo, que seja empreendido um trabalho de **auto-convencimento** da importância que o investimento em defesa seja feito, apesar do sacrifício que representa para o país. Acrescenta o autor:

A Marinha Brasileira é pessoalmente responsável pela existência e vitalidade de um Poder Marítimo no Brasil. Pois se os Oficiais não falarem, sem a Marinha falar, o país não vai saber que esse assunto é importante, e vital para ele. Os brasileiros não são como os ingleses, que, por viverem numa ilha, parecem entender quase que geneticamente a importância do mar. [...] **se o povo brasileiro não ficar sabendo da importância que a Marinha tem para o Brasil, é por que ela não contou** (FLORES, 1982, p.16, grifo nosso).

A **motivação** e a **auto-estima** são apontadas por Keegan (2005) como responsáveis pelos altos níveis de desempenho obtidos pelas Forças Armadas britânicas²⁶, com “resultados admirados pela nação e temidos pelos inimigos”. O autor descreve a visão dos ingleses, civis e militares, sobre as suas Forças Armadas: “[...] os ingleses agora se vêem, de modo realista, como uma potência do segundo escalão”. O autor acrescenta que, apesar disso, eles têm muito orgulho de suas Forças Armadas, embora muito reduzidas em tamanho desde a vitória na Segunda Guerra Mundial e que continuam sendo **instrumentos militares de qualidade excepcional**. Eles mantêm a capacidade de motivar os jovens, homens e mulheres, que recrutam. (KEEGAN, 2005, p.205).

O tema **Liderança**²⁷ é reconhecido, no meio empresarial e nas Forças Armadas, um dos mais importantes instrumentos para o sucesso organizacional. O Manual de Liderança da Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) define liderança como um processo: “liderança é o

²⁶ As Forças Armadas britânicas, segundo Keegan (2005), não sofreram derrotas desde 1945, em nenhuma das dezenas de pequenas guerras que participaram

processo que consiste em influenciar pessoas no sentido de que ajam, voluntariamente, em prol dos objetivos da instituição” (BRASIL, 2004b). Desta definição, depreende-se que a liderança, como processo, se realiza no âmbito das relações sociais dos indivíduos, ou em outras palavras, na reciprocidade de ações sociais entre indivíduos.

O ciberespaço, como espaço criado pelas comunicações mediadas pelas tecnologias digitais, amplia as possibilidades de interações entre os indivíduos. As novas formas de comunicação podem contribuir para que os **valores e as crenças de uma organização sejam compartilhados**.

Segundo Bergamini (2002, p.163), “as organizações²⁸ são, na sua essência, realidades **socialmente construídas**, que se localizam principalmente nas mentes de seus membros”.

As interações no ciberespaço podem contribuir para a disseminação do sistema de crenças e valores de uma instituição. Sobre as crenças, atitudes e valores dos militares, Krüger (1986) afirma:

Líderes militares certamente não ignoram que em sua organizações a honra, o cumprimento do dever, a lealdade, a obediência ao sistema hierárquico, a submissão aos interesses da pátria, a coragem e a competência especializada, dentre outros conceitos, encontram-se na base de crenças, atitudes e valores, de modo geral aceitos pelos integrantes de sua organização. E esses mesmos líderes, ou ao menos chefes, sabem que só poderão dirigir com eficiência a unidade que lhes foi entregue enquanto observarem o sistema de crenças nela predominante. (KRÜGER, 1986).

Considerando a definição de cibercultura de Lévy (1999) como “conjunto de técnicas (materiais e **intelectuais**), de práticas, de atitudes, **de modos de pensamento e de valores**” e a afirmação de Bergamini de que as organizações “se localizam [...] **nas mentes** de seus membros”, poderíamos inferir que é possível estabelecer, firmar e disseminar no ciberespaço uma cibercultura organizacional, que se fortalece pelo compartilhamento de crenças e valores através do ciberespaço.

²⁷ A relevância dada ao tema justifica-se como uma forma de contrapor duas adversidades que têm afetado o moral do pessoal da MB: (1) a influência da crise de valores éticos e morais por que passa a sociedade brasileira; e (2) a conjuntura orçamentária bastante desfavorável, que tem degradado a sua capacidade operacional, e acarretado a perda de bons valores individuais para outros segmentos, em busca de melhores perspectivas.

²⁸ O autor considera que “conhecer bem a cultura de uma organização é necessário não só para conviver com ela como para fazê-la evoluir” (*op.cit.*, p.165). A cultura organizacional pode ser entendida como um sistema de crenças mais ou menos compartilhado pelos membros da organização.

3 FORTALECIMENTO DA BASE HUMANA

Se todos os cidadãos usufruem das benesses da Pátria, nada mais justo de que todos participem de sua defesa[...].

Olavo Bilac

O objetivo deste capítulo é, a partir do embasamento teórico do capítulo anterior, analisar a participação das componentes social, militar e política, no fortalecimento da “base humana” da Marinha do Brasil. O fio condutor da análise é a mediação das relações entre essas partes pelas das tecnologias de informação e comunicação.

3.1 FORTALECIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL NA MARINHA DO BRASIL

O primeiro componente da base humana é o próprio pessoal da Marinha do Brasil. O seu fortalecimento envolve importantes questões como capacitação, satisfação profissional e liderança.

3.1.1 Capacitação e avaliação profissional

Três aspectos relacionados ao uso das TIC na capacitação e avaliação profissional se destacam: (1) a aquisição nos últimos anos de *expertise* pedagógica e tecnológica em educação a distância²⁹ (EAD) via *Web* na MB; (2) os sistemas *online* desenvolvidos e implantados na MB; e (3) a possibilidade de potencializar os cursos de formação da MB por consórcio de EAD.

O Sistema de Ensino Naval (SEN) da MB proporciona, ao pessoal militar e civil, capacitação para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização (Lei 11.279, de 2006, artigo 3º). O sistema engloba diferentes modalidades de cursos, cada um deles com nível, estrutura, duração e regime variados, de forma que possam se ajustar às suas respectivas finalidades e à necessidade de execução flexível de seus currículos (artigo 4º). Além dos cursos presenciais, a lei prevê a oferta de cursos a distância.

A Marinha do Brasil vem usando a EAD desde 1939. Naquela ocasião, foi oferecido pela Escola de Guerra Naval, por correspondência, um curso de comando para oficiais.

²⁹ Associar o uso das TIC à capacitação profissional, remete a alguns conceitos e idéias como educação a distância (EAD), educação corporativa, educação continuada (*lifelong education*), hipertexto e interatividade. O apêndice B apresenta estes conceitos

Portanto, pode-se dizer que a MB é uma das instituições pioneiras no país.

A partir do ano 2000, a MB tem usado a EAD via *Web* em alguns de seus cursos. O Departamento de Ensino a Distância (DEAD) da Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) coordena e controla a implantação destes cursos. O DEAD tem estimulado e fomentado a capacitação de profissionais para esta modalidade de ensino-aprendizagem. A preparação de material, tutoria e administração do sistema é realizada pelo pessoal da Marinha e um servidor dedicado localiza-se no Centro de Processamento de Dados da DEnsM. Biagiotti (2007) demonstra que a modalidade de cursos a distância, usando esta estrutura própria, provê economia de recursos para a MB. Outra experiência significativa em educação a distância é a realização do curso de Inglês *online* oferecido em parceria com a Cultura Inglesa, cuja tutoria é conduzida por professores da Escola Naval. Cerca de quinhentos alunos no Brasil e no exterior fazem o curso (MOREIRA, 2007). A experiência acumulada formou massa crítica, que dá à MB autonomia para desenvolver projetos educacionais a distância de maior vulto.

Um outro aspecto que merece destaque é ampliação que as TIC oferecem à relação e cooperação interinstitucional. A lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu artigo 83 que “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a **equivalência de estudos**, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. Assim, muitos cursos ministrados no âmbito do SEN possuem equivalência com aqueles ministrados por escolas e universidades civis.

A Escola de Guerra Naval ministra os cursos de maiores níveis na carreira dos oficiais (ANEXO B) e é reconhecida como instituição de excelência no âmbito das Forças Armadas brasileiras. Um planejamento estratégico elaborado em 2006 delineou como visão de futuro, um reconhecimento “como um Centro de Excelência em ensino e pesquisa no campo da Defesa Nacional, até o ano de 2014”. O planejamento prevê, como meta subsidiária, “criar um mestrado ou doutorado em temas de Defesa Nacional”.

A partir de duas premissas - facilitar a equivalência de cursos já existentes ou novos e contribuir com o atingimento da visão de futuro – inseriu-se nesta pesquisa, uma reflexão sobre as possibilidades oferecidas pelas TIC que contribuíssem para a criação de cursos de Mestrado e Doutorado na EGN, que atendam aos requisitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em temas de Defesa Nacional.

Considerando que esses cursos podem ser ministrados na modalidade semi-presencial, cadeiras poderiam ser oferecidas por um consórcio de ensino a distância, formado por diferentes OM de ensino e de pesquisa, com possível participação de universidades civis. As disciplinas presenciais seriam ministradas na EGN, assim como a elaboração da monografia.

O consórcio concentraria no ciberespaço a competência docente de Doutores já existente na MB, mas geograficamente dispersa naquelas OM. A EGN chancelaria o diploma.

As TIC também têm sido empregadas no apoio ao ensino presencial. As salas de Informática, as bibliotecas informatizadas, a projeção multimídia, as atividades *online*, as ferramentas de autoria e a comunicação eletrônica têm contribuído para dinamizar a aprendizagem dos alunos. O apêndice C ilustra a página da *Intranet* da EN, que dá acesso ao Centro de Estudos Virtual de Villegagnon, onde alunos e professores compartilham material. Há uma tendência de se usar servidor com Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para ampliar as possibilidades de interações e situações de aprendizagem.

3.1.2 Satisfação profissional

A Marinha do Brasil considera que “a eficiência, qualidade dos serviços e produtos oferecidos por uma organização têm relação direta com **o nível de satisfação profissional dos seus integrantes**” (BRASIL, 2007, p.11, grifo nosso). Neste sentido, as Orientações do Comandante da Marinha para 2007 (ORCOM³⁰-2007) determinam que a Diretoria Geral de Pessoal da Marinha (DGPM), com os concurso das demais Órgãos de Direção Setorial (ODS), tome ações que possibilitem:

- (a) implementar medidas para avaliar, continuamente, o nível de satisfação profissional do pessoal da MB; (b) avaliar as medidas propostas que demonstrem ao público interno a prioridade da Instituição com o homem e com o seu bem-estar; (c) implementar os instrumentos de recompensas ao bom serviço prestado, propostos em 2006; (d) dar continuidade ao processo de aprimoramento de qualidade e eficiência de atendimento do pessoal pelo Sistema de Saúde da Marinha; (e) avaliar a ampliação dos Programas de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha, contemplando a integração com o pessoal da Reserva; e (f) implementar as medidas propostas em 2006 pelo Setor do Pessoal, visando à valorização da atividade de instrutoria na Marinha (BRASIL, 2007e).

As TIC podem contribuir na melhoria dos resultados de todas as ações determinadas, através de interfaces que facilitam a obtenção de informações e agendamentos no atendimento de saúde ou provendo instrumentos de avaliação contínua *online*. Ampliam também os meios de comunicação com o público interno.

3.1.3 Cultura e prática de liderança

³⁰³¹ As Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM) constituem um documento de referência para o planejamento de curto prazo, previsto na fase básica da Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha.

É importante o papel dos líderes na motivação do pessoal e no autoconvencimento da importância do fortalecimento do Poder Marítimo.

A MB, por intermédio de seus oficiais e praças, empreende um grande esforço no sentido de aperfeiçoar a prática diária da liderança nos estabelecimentos de terra, a bordo dos navios e nas unidades de tropa. Valoriza-se, sobretudo, o exemplo como um dos principais fatores de inspiração dos subordinados.

A produção de material multimídia e sua distribuição às OM, via rede, DVD ou CD pode contribuir, de forma dinâmica e atrativa, para um maior envolvimento do pessoal da MB com o tema Liderança. Este material pode contemplar o culto ao exemplo, temas como Ética, Moral e Valores, estudos de casos. Também recursos *online*, como páginas da *Intranet* e correio eletrônico contribuem para que os ODS mantenham os seus subordinados sempre bem informados sobre as principais questões e medidas adotadas. Instrumentos de avaliação *online* e listas de discussão podem contribuir para proposição de sugestões. O apêndice D mostra como um material sobre liderança é colocado disponível na *Intranet* da Escola Naval para os aspirantes.

3.2 A MARINHA DO BRASIL E A SOCIEDADE

A segunda componente da base humana é a sociedade. Três segmentos principais têm influência direta sobre este segundo viés: a população, a academia e a indústria.

O fortalecimento de uma mentalidade marítima e de uma consciência de defesa na **população** brasileira é um grande desafio. É uma população numerosa, espalhada por um país de extensas dimensões geográficas, com diversidades regionais e diferentes perfis demográficos. Pela grandiosidade do desafio, percebe-se que, para ser abordado, são necessárias ações nos campos **político**, da **comunicação social** e da **educação**.

O segundo segmento da sociedade de interesse nesta análise, a **academia**, é importante principalmente pelo aspecto da pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e pela inovação.

O terceiro segmento, a **indústria**, é de especial importância nos assuntos relacionados à base de indústria de defesa (BID), pois esta deve garantir uma independência brasileira do fornecimento estrangeiro, pelo menos nos itens mais críticos e essenciais, de material bélico.

Assim, a análise foi segmentada nos seguintes eixos: (1) comunicação social; (2) educação de crianças, jovens e adultos; e (3) pesquisa, desenvolvimento e inovação.

3.2.1 Comunicação social

A comunicação social é de relevância estratégica por três razões principais: (1) pela necessidade de dar, perante a sociedade, transparência da instituição e visibilidade de suas atuações; (2) por divulgar os recursos e riquezas do mar e contribuir para o fortalecimento de uma mentalidade marítima; (3) por contribuir no fortalecimento da consciência de defesa.

A MB tem um serviço de comunicação social atuante, mas que é limitado por restrições orçamentárias. A MB deve buscar um maior nível de profissionalização deste serviço, que pode significar repensar a tabela de lotação, o mapeamento e remanejamento de profissionais com competências na área, mas que estejam desempenhando outras funções. A concentração destes profissionais no Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) elevaria o nível de profissionalismo recomendável para o centro. Também se deve ampliar o apoio a oficiais e praças na participação de cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e atualização em comunicação ou áreas correlatas. Os avanços das TIC impõem a necessidade de uma formação continuada nesta área, por causa das constantes mudanças dos modelos de comunicação de massa, que se tornam cada vez mais individualizados, em tempo real e interativos.

O CCSM deve, também, buscar cada vez mais uma aproximação dos profissionais da chamada indústria de entretenimento, que se utiliza de veículos de comunicação de massa, como a televisão, o cinema e o rádio. Produtores, diretores, escritores, roteiristas, e outros profissionais da área são elementos multiplicadores em potencial de assuntos do mar e de defesa para a população. Experiências de aproximação têm gerado bons resultados. O exemplo americano nesta área também atesta a validade desta colocação.

3.2.2 A participação da MB na educação de crianças, jovens e adultos

A busca de **parcerias da MB com órgãos públicos de educação, municipais, públicos e federais** é um caminho muito promissor de conscientização marítima. Algumas experiências neste sentido têm-se demonstrado eficazes. Um exemplo é o um projeto-piloto, executado pela Prefeitura de Natal e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em parceria com a MB, através do Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal. O objetivo é despertar a consciência marítima em 120 adolescentes, com idades entre 12 e 14 anos, participantes do Programa Cidadão do Amanhã. O projeto emprega como fontes de estudos os

livros "O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro" e "A Importância do Mar na História do Brasil", desenvolvidos pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, em parceria com o Ministério da Educação.

Outra estratégia promissora é o **apoio de empresas privadas** na realização de eventos educativos e culturais promovidos pela MB.

Situações de aprendizagem com uso de material audiovisual têm oportunizado ações educativas e culturais da MB junto à sociedade. Estas situações são conduzidas em eventos como festas comemorativas e exposições. Diferentes atividades têm sido realizadas, como palestras, exposição de fotografias, exibição de filmes e vídeos, visita pública, exibição de material náutico, e armamento e apresentações da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais. Exemplos destes tipos de ações são ilustrados no apêndice E. Dado o interesse que estas atividades despertam na população, é importante que a MB invista cada vez mais na produção de material audiovisual para os eventos. Também que aproveite o caráter lúdico e multimidiático oferecido pelas TIC digitais, e considere um uso cada vez mais intensivo de *displays* interativos.

É importante, mas não é suficiente que se coloque disponível *online* conteúdos e material de estudo sobre assuntos marítimos (ANEXO C). É necessário que se dê ampla divulgação à sociedade da existência deste acervo e que se estimulem atividades educativas que lhe façam uso como material de apoio didático. Neste sentido, a implementação de um portal de entrada a um ambiente *online* educativo, poderia ser útil como interface facilitadora de acesso, para professores e alunos. Funcionaria como ponto de partida de exploração do material e atividades propostas e facilitaria a divulgação de um endereço chave para acesso.

Um processo educativo que aproxime docentes daquele material e os familiarize com os conteúdos e atividades disponíveis, induz naturalmente uma futura utilização com seus alunos. Neste sentido, a elaboração de um programa de cunho educativo, que possa ser aplicado a partir de quatro pólos irradiadores principais – a Secretaria de Ensino Básico do MEC, as Secretarias Estaduais de Educação, as Secretarias Municipais de Educação e os cursos de formação de professores – pode se tornar uma iniciativa dinamizadora de utilização didática. Neste sentido, algumas ações poderiam ser empreendidas, como as propostas a seguir: (1) promoção de um simpósio anual de História e Geografia Marítima; (2) realização de trabalho junto ao MEC, com a intenção de estimular o mar como tema transversal sugerido a ser incluído em projetos político pedagógicos; (3) a promoção ou apoio a uma olimpíada nacional de História e Geografia; (4) a produção de um curso *online* de Geografia Marítima e um de História Marítima que possam ser oferecidos como disciplina nos cursos

online de formação de professores, ou como curso de extensão para os professores formados³¹; (5) a criação de um portal do estudante que reúna material multimídia e interativo sobre assuntos do mar; (6) a criação de um portal do professor que forneça apresentações tipo *power point* e propostas de atividades baseadas nos livros “A Importância do Mar na História do Brasil” e “O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro”, filmes, figuras e outros materiais didáticos de apoio aos professores; (7) inserção de participação da MB em programas da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC destinados a professores, como o Salto para o Futuro.

É importante que se tenha uma equipe³² de profissionais de educação que assessorem a MB na abordagem política e pedagógica de assuntos educacionais. Um fórum permanente de educação poderia ser criado, para troca de idéias e experiências entre estes profissionais. Este fórum poderia se estabelecer através de uma comunidade virtual na própria rede da MB, com uso de diferentes recursos de comunicação possíveis na *Intranet*. A competência destes profissionais e suas redes de relacionamento pessoais em escolas, universidades e órgãos públicos de educação, podem trazer importantes contribuições para uma ação educacional da MB junto à sociedade.

Alguns questionamentos importantes devem ser feitos: os professores da MB, em todo os níveis, têm consciência da missão da MB perante a sociedade? Estes professores estão imbuídos de mentalidade marítima? É preciso que haja um trabalho de auto-convencimento junto os formadores de opinião intra-MB, como oficiais, professores e instrutores, sobre a relevância destas questões.

Reunir pessoas de diferentes OM, em um passado recente, era difícil e custoso. Com as TIC, ficou mais fácil juntar as vontades e as competências. Tornou-se uma questão de apresentar os “portais” de entrada, atrair, sensibilizar e, sobretudo, valorizar as contribuições individuais no ciberespaço coletivo.

³¹ Neste sentido, estreitar, através da CIRM, os laços com a Secretaria de Educação a Distância do MEC (SEED), a exemplo do bom relacionamento que existe com a Secretaria de Educação Básica (SEB), e que tornou possível a elaboração dos livros “O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro” e “A Importância do Mar na História do Brasil”. Outras parcerias também podem ser buscadas com consórcios regionais de EAD, como o CEDERJ, que ofereçam curso de licenciatura.

³² Colégio Naval (CN), Hospital Naval Marcílio Dias – HNMD, Centro de Instrução Almirante Milclíades Portela Alves - CIAMPA, Centro de Instrução Almirante Alexandrino - CIAA, Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar - CIABA; Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - CIAGA, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - CIAW; Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval - CIAAN, Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo - EAMES; Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco - EAMPE; Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina - EAMSC; Escola de Guerra Naval - EGN; Escola Naval – EN concentram muitos profissionais, que pouco interagem.

3.2.3 Pesquisa, desenvolvimento e inovação

Outro aspecto importante para o fortalecimento de uma base humana é o estímulo e o investimento no desenvolvimento científico e tecnológico, na busca de inovações, e no desenvolvimento e manutenção de uma base industrial de defesa (BID). As Orientações Estratégicas da Política de Defesa Nacional enfatizam a importância estratégica da capacitação nacional no campo da defesa:

[...] É essencial o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da defesa, com o envolvimento dos setores industrial, universitário e técnico-científico. O desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental para a obtenção de maior autonomia estratégica e de melhor capacitação operacional das Forças Armadas (BRASIL, 2007a).

Neste sentido, o Ministério da Defesa³³ reuniu ao longo de 2003 setores da comunidade acadêmica e industrial, representados por empresários e pesquisadores de São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Rio de Janeiro, visando delinear uma proposta para a integração da pesquisa civil e militar brasileira, a partir do debate de modelos de parceria. Como resultado destes estudos conjuntos, o MD criou, em dezembro de 2003, o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (SisCTID). Destaque-se também a criação em junho de 2003 a Secretaria de Estudos e de Cooperação do MD (SEC), que trata da cooperação MD com a comunidade acadêmica (MEC, MCT e Instituições de Ensino Superior – IES).

À época, o Ministro de Estado de Defesa José Viegas Filho e o Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral na apresentação do documento “Concepção estratégica: Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional” (BRASIL, 2003) reconhecem a vinculação da defesa com a ciência, tecnologia e inovação:

Não podemos mais conceber que as tarefas da defesa sejam tidas como afetas apenas a militares, nem [...] como atribuição de órgãos específicos, que atuam em isolamento. O mundo em que vivemos se caracteriza por múltiplos canais de interdependência e não deixa espaço para uma visão estreita e compartimentada dos fenômenos sociais. As várias dimensões da realidade estão em constante processo de entrelaçamento. E, nesse contexto, não tenhamos dúvida: **a defesa, de um lado, e ciência, tecnologia e inovação, de outro lado, interpenetraram-se de forma inexorável** (BRASIL, 2003, grifo nosso).

Em novembro de 2004 foi criada, pelo Ministério da Defesa, a Política de Ciência,

³³ A Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do MD (SELOM) é responsável por formular e supervisionar as Políticas de Ciência e Tecnologia, de Mobilização Nacional e de Exportação de Material de Emprego Militar (https://www.defesa.gov.br/espaco_academico/biblioteca_virtual/palestras/palestra_md.pdf).

Tecnologia e Inovação para a Área de Defesa Nacional (PCT&I), que tem como finalidades:

[...] I - apresentar os objetivos estratégicos para os componentes e órgãos de expressão militar do Poder Nacional; II - orientar as instituições que venham a participar de atividades de ciência, tecnologia e inovação de interesse da Defesa; III - criar um ambiente capaz de estimular a pesquisa e o aproveitamento do conhecimento científico existente; IV - fomentar o desenvolvimento industrial; V - gerar produtos inovadores alinhados aos interesses comuns das Forças Armadas [...] (BRASIL, 2007c).

A PCT&I representou um avanço normativo que tem contribuído para a criação de mecanismos que fortalecem a cooperação entre o Ministério da Defesa, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação.

Uma dos desdobramentos resultantes da PCT&I foi a assinatura, em julho de 2005, da portaria interministerial nº 2.674, pelo Ministro de Estado da Defesa e pelo Ministro de Estado da Educação. Este documento estabeleceu a cooperação entre o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério da Educação (MEC) para a criação do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ -DEFESA. É um programa que se enquadra na política de indução temporária de áreas estratégicas da política brasileira de ciência e tecnologia da CAPES.

Outro desdobramento significativo foi a elaboração da “Política Nacional da Indústria de Defesa”, cujo objetivo é revitalizar a indústria bélica nacional, de modo a reduzir a dependência de equipamentos e tecnologias importados e aumentar a exportação.

Ações de estímulo aos pesquisadores nas universidades têm sido realizadas na área da defesa. Em 2004, O Ministério da Defesa - em comemoração aos cinco anos de sua criação, o CNPq e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados lançaram um concurso de teses sobre a defesa nacional.

Outra vertente científica que merece destaque é a dos programas que objetivam o **conhecimento e proteção do patrimônio brasileiro no mar**, todos relacionados ao uso racional das águas jurisdicionais brasileiras. Ao todo são cinco programas, sob a responsabilidade da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM): o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (REMPLOC), o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), o Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR), o Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO), e o Programa Piloto do Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS/Brasil). O anexo G detalha os objetivos destes programas.

Existe uma carência de pesquisas em áreas não-tecnológicas de conhecimentos, como Educação, Comunicação e Sociologia, em assuntos de defesa e de poder marítimo. Algumas questões carecem de dados científicos, que dificultam um planejamento mais adequado de ações. Por exemplo, resultado de pesquisas na área de representações sociais, poderiam fornecer subsídios para planejamentos de programas de comunicação social melhor fundamentados.

Diferentes casos históricos corroboram a idéia de que a incapacidade de produção de peças e equipamentos, necessários à manutenção de sistemas em condições operativas normais, pode levar a um grande fracasso logístico, pela dependência de fontes externas para obtenção. Foi o caso do maior fracasso logístico argentino na Malvinas que, segundo Vidigal (1984), gerou grandes dificuldades, como a obtenção de tanques de combustíveis descartáveis para os aviões ou de mísseis *Exocet* ar-superfície. Evidenciou-se que em caso de conflito, qualquer país poderá enfrentar boicote. Deve-se avaliar cuidadosamente, portanto, o grau de dependência do exterior e o dimensionamento dos níveis dos itens estratégicos ou de alta taxa de consumo.

3.3

Percebe-se um certo grau de distanciamento dos políticos em relação aos militares. Uma reflexão se faz necessária: seria esta distância consequência da uma herança histórica advinda do período de ditadura militar? Se a resposta for positiva, será preciso desconstruir uma possível imagem autocrática e de intervencionismo, e se reconstruir a imagem mais fidedigna das Forças Armadas do século XXI, que é de valorização e respeito às instituições democráticas, e com foco em sua missão constitucional de defesa. Neste sentido, uma pesquisa que caracterizasse a visão do governo e da classe política a respeito dos militares e da atuação das Forças Armadas, seria um ponto de partida para que ações pudessem ser planejadas com o objetivo de fortalecer a relação político-militar.

Uma visão mais positiva em relação às Forças Armadas, à MB em especial, uma consciência maior de defesa e maior preocupação com os recursos do mar, poderiam trazer um maior envolvimento e comprometimento do governo e da classe política com essas questões. Este argumento reforça a idéia de que se deve explorar uma presença maior da MB nas mídias de comunicação de massa, na busca de maior apoio popular, que se refletisse em apoio político.

Neste ponto da análise retomamos o ciclo fechado de vínculos da rede social-político-

militar: o desconhecimento popular das riquezas marítimas e das ameaças de perdê-las produz falta de consciência de defesa na população, que, por sua vez, reduz a demanda popular sobre os políticos, reduzindo a dotação orçamentária para as Forças Armadas, que assim, vêm comprometida a sua capacidade de cumprir sua missão constitucional, em um ciclo de degeneração progressiva. É importante interromper este ciclo, pela comunicação e pela educação. Mas como conquistar espaços nas grades de programação dos caros e disputados meios de comunicação de massa?

Existe uma janela de oportunidade de participação da MB na grade de programação em canais do serviço de radio e difusão de sons e imagens em tecnologia digital, previstos de serem executados pela União pelo decreto lei nº. 5.820 de 29 de junho de 2006, que dispôs sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T):

[...]Art. 13. A União poderá explorar o serviço de radio e difusão de sons e imagens em tecnologia digital, observadas as normas de operação compartilhada a serem fixadas pelo Ministério das Comunicações, dentre outros, para transmissão de: I - **Canal do Poder Executivo**: para transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Executivo; II - **Canal de Educação**: para transmissão destinada ao desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino à distância de alunos e capacitação de professores; III - **Canal de Cultura**: para transmissão destinada a produções culturais e programas regionais; e IV - **Canal de Cidadania**: para transmissão de programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

Aparenta ser uma situação oportuna, pelas possibilidades de inserção nos quatro canais, de programas produzidos para a MB, mas que depende de iniciativa, vontade, planejamento e atitude prospectiva. O que se assistiu nos últimos anos foi uma participação modesta das Forças Armadas nas discussões e debates políticos em temas relativos às telecomunicações. Discutiu-se pouco sobre as privatizações e quase nada se falou sobre as leis de outorgas e concessões de serviços de telecomunicações. Tampouco sobre as novas formas de regulação do Estado, todos temas importantes relacionados à defesa e integridade nacional. Não se discutiu as conseqüências da legislação da TV por satélite, da telefonia, da TV a cabo e, agora, quase não se debate sobre a radio e difusão³⁴ digital, em fase de pré-implantação no Brasil, apesar da natureza estratégica destes novos meios públicos de comunicação. O caráter privatizador e desnacionalizador destas legislações tenderam a acentuar as vulnerabilidades do Brasil ao *soft power* de Estados mais fortes e ao poder midiático das chamadas ameaças difusas geradas por grupos transnacionais. O maior poder de sedução, cooptação e de indução dos novos meios digitais de comunicação de massa

³⁴ A rádio e difusão digital englobam a rádio digital e a TV digital.

podem vir a comprometer, em um futuro próximo, até a “a coesão e unidade nacionais³⁵”. Perdemos no passado recente a oportunidade de garantir um espaço para uma programação relacionada à defesa na TV a Cabo³⁶, e o mesmo está para acontecer na TV Digital. Uma omissão agora nas discussões e reflexões sobre o tema, pode vir a se configurar em perdas para o país no futuro³⁷.

³⁵ O discurso de “Amazônia pulmão do mundo” e “patrimônio internacional da humanidade” é forte na mídia internacional.

³⁶ A lei garantiu um canal para o Senado, um para a Câmara dos Deputados, um para TV comunitária e um para TV Universitária.

³⁷ Lembre-se que dentre os objetivos de defesa nacional estabelecidos pela Política de Defesa Nacional (PDN), encontra-se: “[...]a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais”.

4 CONCLUSÕES

Este capítulo tem o objetivo de responder às questões de estudo desta pesquisa, a partir das observações e análises efetuadas no capítulo anterior. Espera-se que as considerações aqui apresentadas possam despertar uma reflexão crítica sobre as implicações estratégicas trazidas pelos novos meios digitais e sobre as possibilidades de uso das TIC no fortalecimento da base humana na Marinha do Brasil.

4.1 EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA e COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em relação às questões de **como novas mídias podem contribuir no fortalecimento da base humana do poder marítimo nacional e de como empregá-las na consolidação de uma consciência de defesa e de uma mentalidade marítima brasileira**, destacam-se as seguintes observações e inferências: (a) um uso cada vez mais intenso das TIC digitais em EAD pela Marinha do Brasil a partir do ano 2000; (b) a importância de se valorizar cada vez mais a comunicação social na MB, para aumentar a sua transparência e visibilidade institucional perante a sociedade; (c) o avanço da penetração dos meios digitais nas diversas camadas da sociedade, com abrangência geográfica nacional; (d) os novos canais de comunicação social que estão surgindo, mais interativos, atrativos, lúdicos e participativos; (e) a importância da educação, inovação e conhecimento no fortalecimento de todas as dimensões da base humana; (f) a necessidade de ações educativas que levem a sociedade brasileira a conhecer os recursos do mar; (g) a educação *online* e as novas mídias digitais como instrumento relevante para a formação profissional continuada na Marinha; (h) a relevância das ações conjuntas da MB com o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação e outros órgãos, na elaboração de atividades e programas educacionais; (i) a relevância dos relacionamentos interinstitucionais e interpessoais para o fortalecimento de uma comunidade de defesa; e (j) a importância de se aproveitar as facilidades de comunicação que os novos meios digitais oferecem, em projetos que aproximem as competências acadêmicas e profissionais dispersas pelas diversas Organizações Militares da Marinha.

4.2 A MÍDIA, A OPINIÃO PÚBLICA, A POLÍTICA, O PODER MARÍTIMO

Sobre as relações que existem entre mídia, política, poder marítimo e opinião

pública, e as implicações estratégicas, cabe destacar algumas conclusões retiradas ao longo deste estudo.

Primeiro, uma reflexão preliminar revelou um ciclo fechado de vínculos que degeneram a capacidade de defesa do país. A **falta de mentalidade marítima** se expressa pelo desconhecimento pela população das riquezas do mar. Se não se percebem as riquezas, tampouco as ameaças de perdê-las, origina-se uma natural **falta de consciência de defesa**. No âmbito político e governamental, sem uma pressão de demanda do povo, os assuntos de defesa ficam em segundo plano, que acaba se refletindo nas Forças Armadas, que vêm sua capacidade progressivamente degradada.

Outro aspecto importante a ser destacado é o poder de influência da informação³⁸, que é amplificado pelas TIC. A comunicação mediada pela tecnologia facilita a criação de atmosfera de envolvimento, influência, persuasão e convencimento. É preciso que se tenha muita atenção para que as TIC não sejam usadas como instrumentos de manipulação de comportamentos e pensamentos, coletivos ou individuais. Ao mesmo tempo, quase que paradoxalmente, deve-se estar aberto às possibilidades de emancipação que esta modalidade de comunicação é capaz de prover. Para isto, é necessário que se reconheça e se estimule propostas educativas que visem à formação de um **cidadão crítico, capaz de refletir e avaliar as imagens e mensagens a que cada vez mais fica exposto diariamente**. Cidadão emancipado, reflexivo e crítico é a base fundamental de defesa de uma sociedade, pois é capaz de preservar a tradição, mas também de avaliar os benefícios ou desvantagens de uma transformação, pelo equilíbrio dinâmico do binômio preservação-evolução

Um terceiro ponto que merece destaque é a capacidade de difusão cultural como forma de poder. Diante da complexidade tridimensional – militar, econômica e amorfa, conforme apontado por Souto Maior (2003) e Nye (2002) - nas formas de distribuição de poder que se estabeleceram no mundo pós Guerra Fria, a capacidade de difusão cultural passa a destacar papel relevante como elemento de *soft power*. Em um mundo globalizado, multiterritorializado, de mercados dispersos, de fronteiras indefinidas do ciberespaço e de ameaças difusas, a conquista e a defesa de “corações e mentes” passam a ocupar um papel de destaque ao lado da defesa das fronteiras marítimas e territoriais. Deve-se estar mais alerta, no contexto das ameaças difusas, à potencialização que as TIC provêm à intervenção oculta de outros Estados, conforme conceituada por Pereira (2007).

Uma quarta constatação que se mostrou de relevância desta pesquisa foi o aumento

³⁸ Neste sentido, os exemplos históricos mostraram a importância estratégica e tática revelada no uso da informação e de meios de comunicação de massa em conflitos locais e mundiais.

dos riscos psicossociais trazidos pelas TIC. As novas mídias em vias de implantação no Brasil, como a TV Digital aberta e o rádio digital, pelas maiores possibilidades de interações multimídia que possibilitam, tendem a tornar as programações e serviços que difundem mais atrativos, lúdicos e sedutores. Elas trazem novas possibilidades de educação, informação e entretenimento, mas também novas ameaças por seu maior poder de cooptação.

Em suma, fortalecer a base humana como fator de defesa, é contribuir para o aumento e manutenção de uma auto-estima nacional e do espírito cívico; é aumentar os meios e formas de comunicação entre governo, Forças Armadas e sociedade, aproximando-os e dando-lhes maiores transparências e visibilidades; é estimular a educação na formação de cidadãos plenos e conscientes; é fomentar a inovação, o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial que favoreça a nossa independência e soberania; é mapear e divulgar para a sociedade as nossas riquezas e patrimônios; é manter a sociedade consciente das ambições e ameaças externas; é preparar o guerreiro para que esteja pronto a qualquer momento que se faça necessário o uso do poder militar; é se fazer presente no espectro das comunicações, produzindo e divulgando produção cultural, educativa e de entretenimento que consolide e integre o ideário e o imaginário nacional.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este pesquisador reconhece, a partir de evidências extraídas de casos históricos e do referencial teórico pesquisado, a importância do poder da mídia e do seu uso, sujeito a enquadramentos capazes de influenciar a opinião pública, os governos, as políticas internas e externas, e até mesmo o poder econômico e militar. Neste sentido, graças à capacidade de ampla e rápida disseminação que as novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam, a mídia de massa tornou-se uma poderosa arma, a informação uma eficiente e inteligente munição, que usa como propulsor e guiamento o enquadramento discursivo e outras formas de manipulação. As TIC tornam essa arma de alcance mundial, com elevado poder de penetração e de espalhamento, que cria vulnerabilidades a ameaças difusas numa sociedade de informação globalizada e multiterritorializada. Entretanto, elas também podem prover eficazes meios para o fortalecimento da base humana de um Estado, como fator de defesa e de sua sobrevivência, se aplicadas de forma ambiciosa, adequada e intensiva na educação, na comunicação social e no desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e bélico de um país.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Alessandra. **A televisão como repertório de exemplos**: mecanismos de incorporação de explicações políticas. Disponível em < <http://doxa.iuperj.br/artigos/mecanismos3.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2007.
- ANNUNCIACÃO, João Wander Nascimento. **Ciberwar**: uma proposta genérica de ações defensivas para a MB. Rio de Janeiro: EGN, 2003.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001
- BERGAMINI, Cecília W. **O Líder Eficaz**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.
- BIAGIOTTI, Luiz Claudio Medeiros. **Educação corporativa**: os custos dos cursos a distância oferecidos pela Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/n12/a-n12a8.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2007.
- BOBBIO, Norberto (Org) Dicionário de política. Brasília:Ed.UNB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. Verbete: Poder. p.933-942.
- BOBEDA, Alexandre. **O e-learning e o desafio da educação corporativa**. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/index.php/2004/06/15/o-e-learning-e-o-desafio-da-educacao-corporativa/>>. 2004. Acesso em: 10 dez. 2006.
- BRANDÃO, H.Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Ministério da Defesa; TECNOLOGIA, BRASIL. Ministério da Ciência e. **Concepção estratégica**: ciência, tecnologia e inovação de interesse da Defesa Nacional. Brasília: [s.n.], 2003, 56p.
- _____. Marinha. Diretoria de Ensino da Marinha (1996). **Manual de liderança** Rio de Janeiro: DEnsM, 2004a.
- _____. Marinha. Diretoria de Ensino da Marinha (2004). **Planejamento Estratégico do Departamento de Ensino a Distância (DEAD) para os anos 2004, 2005 e 2006**. Publicação eletrônica. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em<http://ead.densm.mar.mil.br/ead/planejamento_1.htm>. Acesso em: 20 mar. 2005.
- _____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 248, 23 dez.1996

_____. Presidência da República (1994). **Lei nº 1.265**, de 11 de outubro de 1994. Aprova a Política Marítima Nacional. Publicação eletrônica. Brasília, 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1265.htm>.
Acesso em: 06 dez. 2006.

_____. Presidência da República (2006). **Lei nº 11.279**, de 9 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre o Ensino na Marinha. Publicação eletrônica. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11279.htm>.
Acesso em: 06 dez. 2006.

_____. Presidência da República (2005). **Lei nº 5.484**, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. Publicação eletrônica. Brasília, 2005b. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>.
Acesso em: 06 mar. 2007a.

_____. Presidência da República (2005). **Lei nº 5.377**, de 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar. Publicação eletrônica. Brasília, 2005a. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm>.
Acesso em: 06 mar. 2007b.

_____. Ministério da Defesa (2004). **Portaria MD nº 1.317**: Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) para a Defesa Nacional. Publicação eletrônica. Brasília, 2004. Disponível em <<http://acessibilidade.mct.gov.br/index.php/content/view/11982.html>>.
Acesso em: 20 mar. 2007c.

_____. Marinha. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Mentalidade Marítima**. Publicação eletrônica. Disponível em <http://ead.densm.mar.mil.br/ead/planejamento_1.htm>. Acesso em: 22 mar. 2007d.

_____. Marinha. ORCOM: Orientações do Comandante da Marinha para 2007. Brasília, DF, 2007e.

_____. Exército Brasileiro. **O Exército e a integração nacional pelo telegráfo**. Publicação eletrônica. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, 2007. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/0051106.htm>>
Acesso em: 06 jun. 2007d.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD): 2005**. Publicação eletrônica. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese/tab6_4.pdf>.
Acesso em: 11 jul. 2007e.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. **A sociedade do conhecimento e o acesso à informação**. Brasília. Ciência da Informação, v.29, n.3, p.33-39, set./dez., 2000.

CASTELLI, Rosana Elisa. **Instituto Nacional de Cinema Educativo: o cinema como meio de comunicação e educação**. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/n12/a-n12a8.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

- CIMINO, James. **Sérgio Dávila acredita em "deterioração" americana no Iraque.** Publicação eletrônica. Disponível em: <http://www.temppresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1638&Itemid=117>. Acesso em: 07 abr. 2007.
- CIRILO, Rogério. Caso da Marinha do Brasil. In: MUNDIM, Ana Paula Freitas; RICARDO, Eleanora Jorge (Orgs). **Educação corporativa – fundamentos e práticas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista.** São Paulo: Pioneira, 1993.
- DREIFUSS, René A. **A época das perplexidades.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa..** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FLORES, Mario Cesar et al. A lição estratégica a extrair do conflito das Malvinas. In: **As grandes lições da Guerra das Malvinas.** Rio de Janeiro: EGN, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GIARDULLO, Paulo. **O panóptico: Foucault confirma Orwell.** Disponível em: <http://www.duplipensar.net/lit/g_orwell/2003-08-panoptico.html>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- GIBSON, William. **Neuromancer.** New York: Ace Books, 1984.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. A política nos filmes brasileiros: relações com a economia, a cultura e a identidade nacional. In: ENCONTRO DA COMPÓS, XVI, 2007, Curitiba. **Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Economia Política e Políticas de Comunicação.** Curitiba: UTP, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel P. Choque das civilizações? In: **Política externa.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994, vol. 2, n.4.
- JAGUARIBE, Helio. Defesa nacional: desafios e possíveis respostas do Brasil. In: PINTO, J.R. de Almeida et al (Orgs) **Reflexões sobre defesa e segurança : uma estratégia para o Brasil.** Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.
- KEEGAN, John . **A guerra do Iraque.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- KRAEMER, Maria Elisabete Pereira. **Capital intelectual : a nova vantagem competitiva.** Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/recursos3/docs/ger/capintel.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2006.
- KRÜGER, Helmuth . **Introdução à Psicologia Social .** São Paulo: EPU, 1986.
- LEMOS, André; CUNHA, Paulo. **Olhares sobre a Cibercultura.** Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIMA, Elson. "**11 de Setembro**" e Efeito midiático..

Disponível em: <<http://www.tempopresente.org/>>. Acesso em: 13 abr. 2007.

LOPES, Cristiano Aguiar. **TV Pública**: Os anos passam e a história se repete.

In: Observatório da Imprensa: Interesse Público. 03/04/2007.

Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=427IPB002>>
Acesso em 03 mai. 2007

MADEIRA, Margot Campos. Processos sociais e processos discursivos. In: Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.. **Coleção pensando o cotidiano**. João Pessoa: UFPB, p.459-469, 2005.

MAIOR, Luiz A. P. Souto, O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. **Revista brasileira de política internacional**, Rio de Janeiro, n. 49, p.42-59, 2006.

MATTOS, Sérgio. **Um Perfil da TV Brasileira: 40 ANOS DE HISTÓRIA - 1950/1990**. Salvador: Ed. A Tarde, 1990.

MATTOS, Sérgio. **Censura de guerra: da Criméia ao Golfo Pérsico**. Salvador: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, 1991.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. **Ciência(s) da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MONTEIRO, Maria. **Poder e publicidade**. [mensagem em blog]. Mensagem postada no *blog Poder, Política e Mídia* em 20/02/2006. Disponível em:
<<http://www.poderpoliticaemidia.blogspot.com/>>. Acesso em 21 mar. 2007.

MOREIRA, Lourival José Passos. **Educação a distância na Marinha do Brasil** : a visão de alunos e tutores em uma formação profissional continuada via *Web*. 2006.258f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.

NYE JR., Joseph S. **Understanding International Conflicts**: An introduction to theory and history. Nova Iorque: Pearson Education, 2001.

NYE JR., Joseph S. **O paradoxo do poder americano**: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo, UNESP, 2002.

PAIVA, Murilo. **Biografia**.

Disponível em: < https://www.anvfeb.com.br/cap_murilo_paiva.htm>.

Acesso em: 07 jun. 2007.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: COPPEAD, 2007. 1 CD-ROM.

PERRY, William J. A defesa na era da esperança. In: **Gazeta Mercantil**. Encarte especial de uma edição brasileira da *Foreign Affairs*, p.9-14, 8 de novembro de 1996.

RIBEIRO, Nilo Moacyr Penha Ribeiro. **A comunicação social e as operações psicológicas: A arte de influenciar aplicada às operações militares e uma proposta de modelo de estrutura operacional para a Marinha do Brasil (MB)**. 2006.121f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítima) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2006.

RIZZINI, Irmã et al. **Pesquisando...** - Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais – Série Banco de Dados 6 . Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 2000.

ROCHA, Penha. Mídia e religião: Canal 21 e Rede Família. In: Congresso Anual Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXV, 2002, Salvador. **Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias**. Salvador: INTERCOM, 2002.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinariedade: o currículo integrado**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SAMPAIO, Fernando G. **Ciberguerra, guerra eletrônica e informacional: um novo desafio estratégico**. Publicação eletrônica. Porto Alegre: ESGE, 2001. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br/esge/ciberguerra.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

SCHIECK, Frederick W. **O papel da mídia independente na construção da democracia**. Disponível em: <<https://usinfo.state.gov/journals/itgic/0203/ijgp/gj02.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2007.

SHEETER, Laura. **Estônia acusa Rússia de 'ataque cibernético' ao país**.

Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070517_estoniaataquesinternetrw.shtml>

Acesso em: 19 mai. 2007.

SILVEIRA, Flavio. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1967.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

SODRÉ, Muniz.. Trabalho apresentado. In: Congresso Anual Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXIV, 2001, Campo Grande. **Trabalho apresentado**. Campo Grande: INTERCOM, 2001.

TENET, George. *At the center of the storm: my years at the CIA*. New York: HarperCollins Publishers, 2007.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. London: Frank Cass, 2004.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Conflito no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: EGN, 1984.

APÊNDICE A – Análise de mensagens: conteúdo, discurso e retórica

(a) Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) surgiu no início do século XX, com uma inspiração voltada para a compreensão de processos ideológicos. Tinha como preocupação identificar as ideologias opostas, sobretudo ao sistema americano, no período das duas grandes guerras. As ciências políticas tiveram destaque no desenvolvimento da Análise de Conteúdo durante as décadas de 40 e 50, analisando principalmente editoriais de jornais, na tentativa de desmascarar ideologias alinhadas com o nazismo e o comunismo.

Na década de 50 a aplicação dessa técnica ampliou-se para áreas muito distintas, como a etnologia, a história, a psiquiatria, a psicanálise e a lingüística, além da sociologia, psicologia, ciência política e jornalismo, onde já eram empregadas, o que resultou em novas posturas metodológicas.

A ênfase dada ao estudo dos signos pela semiologia nos anos 60, aumentou a abrangência da AC, pois os signos não-lingüísticos, até então não contemplados, como a imagem e a música, tornam-se objetos de análise. Análise de Conteúdo ganhou novos rumos com o interesse pela comunicação não verbal e o aparecimento do computador, que passou a permitir análises mais complexas de dados. Ampliaram-se as possibilidades de medição e aumentou-se o rigor na coleta e preparação dos dados.

Atualmente a AC é usada como técnica de análise de dados em pesquisas científicas na área de Ciências Sociais, e em pesquisas de opinião, que envolvem um número significativo de sujeitos. Revisando seu uso nas décadas de 40 e 50, pode-se inferir seu potencial uso na atualidade, como técnica de defesa, no contexto da guerra de informações, dada a sua capacidade de detectar direcionamentos ou polarizações ideológicas em mensagens veiculadas pela mídia de massa.

A divulgação de resultados de pesquisas gerados pela AC podem ser usados para influenciar a “opinião pública”. Em 2006 circulou uma mensagem³⁹ pela *Internet* afirmando que a Associação Latino-americana para a Comunicação Social (Comunican) publicou estudo, “demonstrando que Morales foi fortemente atacado à época da campanha eleitoral pela mídia de seu país”. A mensagem indicava uma posição contrária da imprensa à existência de um indígena Aymara no poder, e usou dados estatísticos, “baseados na análise de 96 veículos impressos e 144 horas de transmissão televisiva”. Segundo a mensagem, 89% das matérias sobre Morales foram negativas, 10% neutras e apenas 1% favoráveis. Em contrapartida, seus

³⁹ Ver em <<http://www.fazendomedia.com/novas/internacional300406.htm> 30/04/2006>.

adversários, Jorge Quiroga e Samuel Dório, foram agraciados pelos mesmos veículos. Quiroga teve 78% de matérias favoráveis, 20% neutras e apenas 2% negativas. Já Samuel Dório, citado como “o dono do Burguer King na Bolívia”, teve 75% das matérias a seu favor, 20% neutras e 5% negativas. A veracidade⁴⁰ dos dados e a cientificidade da pesquisa podem ser questionadas, uma vez que detalhes sobre o método de coleta de dados empregada e a competência e autoridade da Comunican em pesquisas de opinião não foi exposta na mensagem. Entretanto, o discurso, que apresentou um cunho pró-indígena e anti-colonizador, usa um álbe de cientificidade e os resultados da análise de conteúdo do “material pesquisado”, como formas de convencer quem o lê.

(b) Análise do Discurso (AD)

A análise do discurso está fundamentada na teoria do enunciado, de Batkin, segundo a qual a matéria lingüística é apenas uma parte do enunciado, pois existe uma outra parte não-verbal, que corresponde ao contexto da enunciação. Nesta concepção, um signo não é inerte, mas dialético, vivo e dinâmico. É uma visão da linguagem como interação social, onde locutor e interlocutor interagem verbalmente na construção de significados (BATKIN *apud* BRANDÃO, 2004).

A AD leva em conta que as representações ou sentidos atribuídos a um objeto deve ser feita levando-se em conta o processo discursivo que os gerou, não considerando apenas o dado imediato e manifesto, a palavra descontextualizada, linear e desarticulada ou a conduta isolada. Os sentidos atribuídos ao objeto não podem ser apreendidos isolando-os dos espaços sociais e simbólicos dos sujeitos. Considera a linguagem como construção psicossocial e histórica, possibilitando que se veja a história individual e os mecanismos mobilizados na representação dos objetos, tais como os mecanismos de filtragens⁴¹, descontextualizações e associações. Nesta abordagem, o ser social e histórico manifesta-se, comunica-se e constrói-se no processo discursivo (MADEIRA, 2005).

Na realidade de um mundo de tensões étnicas e culturais, o contexto social, histórico e cultural dos discursos adquire relevância. Daí a importância da AD no estudo das mensagens audiovisuais veiculadas pela mídia, na tentativa de se entender o pluralismo de pontos de vista, gerados em diferentes contextos.

⁴⁰ Este trabalho não verificou a veracidade ou não dos dados. O exemplo foi tomado para exemplificar a importância de métodos de análise de mensagens, dada a quantidade de informações de conteúdos impactantes e persuasivos que aparecem nos meio de comunicação de massa, como a *Internet*.

⁴¹ São exemplos de filtros interpretativos, as marcas da cultura, a vivência e os afetos.

(c) Análise Retórica

Diariamente estamos envolvidos em procedimentos argumentativos que objetivam justificar nossas afirmações. O fazer político, o fazer jurídico, o fazer militar, o fazer científico e o fazer cidadão são impregnados de processos argumentativos. Os debates estão sempre presentes na vida social, nos tribunais, na academia, nas negociações diplomáticas, nas relações profissionais. Na era da informação e do conhecimento, esta importância se intensifica, pois quanto mais as TIC ampliam as possibilidades de interações entre os homens, presencialmente ou a distância, aumentam as situações e oportunidades onde eles se vêm partícipes ou observadores de embates argumentativos, em negociações em outros tipos de debates, presenciais ou a distância.

No processo de argumentação as partes utilizam-se de raciocínios adequados ao objeto da disputa. Mazzotti (2000) afirma:

O processo de argumentação “requer o estabelecimento do contraditório, da exposição dos enunciados favoráveis e desfavoráveis ao caso, mostrando que determinados enunciados são ou mais adequados ou completamente adequados ao objeto” (MAZZOTTI, 2000, p.9).

Assim, a retórica adquire relevância na estruturação ou análise de enunciados argumentativos.

APÊNDICE B – Educação a distância (EAD): termos e conceitos.

Referência: (MOREIRA, 2007)

Interatividade

As tecnologias de informação e comunicação oferecem facilidades que vêm modificando fortemente as possibilidades de interação a distância, seja ela simultânea ou diferida. Tais tecnologias apresentam como característica técnica a interatividade⁴², que significa a possibilidade de interagir com a máquina, ou seja, permitem a “atividade humana, do usuário, de agir sobre a máquina, e de receber em troca uma “retroação” sobre ele” (BELLONI, 2002, p.58). Convém destacar, em contraste com esta perspectiva técnica da interatividade, o conceito sociológico de interação: “ação recíproca entre dois ou mais atores onde ocorre intersubjetividade”, portanto, de caráter sócio afetivo (BELLONI, 2002, p.58). É relevante acrescentar que um usuário, ao interagir com uma máquina, - jogando, buscando informação, assistindo televisão, ouvindo música, ou em qualquer outra situação aparentemente passiva - decodifica, interpreta, participa e mobiliza seus referenciais culturais e psicológicos, pois não existe receptor passivo de informação (LÉVY, 1999, p.79). Assim, interatividade pode envolver mobilização tanto de recursos físicos ou psicológicos.

[...]a palavra *interação* é usada com o significado de ação com reciprocidade contínua; um fenômeno, processo ou situação onde ocorre relação mútua; havendo determinismo ou não, linearidade ou não, mas necessariamente com ação e reação, bi-direcionalidade, com troca entre as partes. Já o termo *interagir*, significa neste trabalho o ato de agir com interação; *interativo*, a qualidade do que pode interagir; e *interatividade*, a propriedade do que é interativo.

Silva (2000, p.10) aborda a emergência da interatividade como um fenômeno da "sociedade de informação", que manifesta-se nas esferas tecnológica, mercadológica e social." :

[...] A interatividade emerge com a instauração de uma nova configuração tecnológica (no sentido das tecnologias informáticas conversacionais), e de uma nova dimensão mercadológica (no sentido da busca de diálogo entre produtor-produto-cliente). Mas isso ocorre imbricado em transformações que se dão na esfera social, onde se pode observar não mais a pregnância da passividade da recepção diante da emissão do produto acabado, mas uma crescente *autonomia de busca* onde cada indivíduo *faz por si mesmo*, num ambiente polifônico, polissêmico que vem à

⁴² Segundo Maria Luiza Belloni (2002, p.58) o termo interatividade também é usado com outro significado distinto: “facilidade técnica oferecida por determinado meio (por exemplo CD ROMs de consulta, hipertextos em geral, ou jogos informatizados)”.

tona quando ocorre o enfraquecimento dos grandes referentes que determinavam significações ou verdades acabadas para o consumo passivo das massas (igreja, política, família, ideologia, educação escolar, mídia de massa).

[...]

Hipertexto

As noções que Lévy (1993, p.80) associa à interatividade, ao abordar a comunicação no “mundo virtual”, como reciprocidade e diálogo, com possibilidades de interrupção de seqüência de informações e de reorientação do fluxo informacional em tempo real, com múltiplas possibilidades de partida e múltiplos percursos, remetem ao conceito de hipertexto.

Segundo Silva (2000, p.142) a primeira idéia de hipertexto foi expressa por Vannervar Bush, em 1945, e o termo criado por Theodore Nelson na década de 60. Bush, um matemático que participou do projeto de criação da primeira calculadora digital, vislumbrou a necessidade da organização das informações científicas, de modo que se pudesse interligar todos temas relacionáveis. Assim, ao acionar um deles, todos os outros a ele ligados poderiam ser visualizados. Este conceito de Bush transcendia a classificação puramente hierárquica até então existente, que não permitia uma leitura à base de associações. A concepção de Bush baseava-se no fato de a mente humana não se restringir a um pensar hierárquico ou seqüencial, mas predominantemente reticular, como uma rede intrincada de associações. A concepção de Bush concretizou-se no computador, na década de 60, por Douglas Engelbart, também interessado em associar informações nos mesmos modos da função natural da mente: associativa e relacional. Nesta época, Theodore Nelson idealiza um sistema que serviria a toda humanidade, estruturado a partir de uma hiper-rede de conexões não-lineares - o Xanadu - e, pela primeira vez, usou o termo *hipertext*.

Educação continuada

A aprendizagem organizacional, a captura e disseminação de conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, a busca de inovações, a valorização e qualificação de pessoal, a identificação de talentos, o compartilhamento de novas idéias e soluções passam a exigir uma gestão estratégica do capital intelectual e o uso de tecnologias de informação e comunicação, como meio de desenvolver continuamente uma cultura organizacional capaz de fomentar práticas inovadoras.

Assim, a educação no trabalho passa a ter um significado de investimento, pois amplia

o domínio do conhecimento, o que gera novos ativos intangíveis de grande valor de mercado e contribui para o desenvolvimento organizacional.

[...]

A formação inicial de um indivíduo nas “sociedades da informação” ou do “saber” torna-se rapidamente insuficiente o que, em uma perspectiva de democratização da educação como instrumento de emancipação do indivíduo e das nações, impõe uma ampliação de oportunidades educacionais, mais integradas ao local de trabalho e às expectativas e necessidades dos indivíduos. É o conceito de educação ao longo da vida (*lifelong education*).

Educação corporativa

O conceito de educação corporativa é encontrado na literatura como tendo se iniciado em 1955 com a General Electric, no Crotonville Management Development Institute: uma estratégia das organizações para preparar seu quadro de pessoal, assegurando o desenvolvimento das pessoas no próprio ambiente de trabalho. Assim, é um processo no qual os funcionários se envolvem em um constante aprendizado, que melhora o desempenho individual, pois contribui para mantê-los sistematicamente atualizados em suas competências profissionais. Resulta em profissionais mais bem preparados e motivados para o desempenho de suas funções no trabalho. Em consequência, reflete-se na eficácia de cumprimento pela organização de sua missão institucional (BOBEDA, 2004). Entretanto, observa-se que, de fato, as escolas militares praticam educação corporativa bem antes de 1955, preparando pessoal militar e civil para os seus quadros (CIRILO, 2004).

Educação a distância (EAD)

A Educação a Distância aparece na literatura pedagógica com diferentes significados. Dependendo da época, do contexto e da linha de pensamento de cada autor ou instituição que dela se ocupa, suas definições acabam expressando concepções distintas. Na realidade, o que se observa na literatura é a existência de uma multiplicidade de conceitos relativos a essa expressão [...]De início, cabe salientar que a EAD, em essência, não difere da educação presencial, mas possui especificidades[...]

Partindo da perspectiva etimológica, a palavra distância deriva do latim *distantia* (FERREIRA, 1985) e traz um sentido espacial (“espaço entre duas pessoas ou coisas”) e outro temporal (“intervalo de tempo entre dois momentos”). Da origem da palavra, pode-se inferir

para a EAD um significado de educação que admite separação, apartamento, afastamento no espaço ou no tempo entre o aluno e a estrutura escolar. Então, da etimologia da palavra distância, pode-se retirar as seguintes características: (a) possibilidade de afastamento geográfico entre aluno e estrutura escolar; (b) dispensa da presença física do professor junto ao aluno; e (c) possibilidade de assincronia nas atividades didáticas.

Assim, considerando o uso de suportes de informação e a possibilidade de afastamento físico (espacial e temporal), pode-se afirmar que a EAD vem sendo realizada há muitos anos, pois os conhecimentos contidos nos livros sagrados (Bíblia, Alcorão, Vedas, entre outros) se espalharam pelo mundo nessas condições.

A definição de EAD contida no artigo 1º do decreto lei 2.494 (BRASIL, 1998), que regulamenta o artigo 80 Lei das Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), estabelece que é “uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação”.

Mediação

No âmbito da EAD, a palavra mediação (do latim *mediatione*) pode ser entendida nos seus dois possíveis sentidos. Um como “ato ou efeito de mediar”, “de intervir como árbitro ou mediador”, quando se refere às práticas dos participantes do processo de ensino-aprendizagem, como professores, tutores e alunos. Outro sentido como “intermédio” quando se refere aos meios de comunicação e aos suportes de informação.

EAD e as novas TIC

Na década de 90 a EAD passou a usar, cada vez mais, os computadores e as redes de dados, em especial a *Internet*, entrando na fase digital. A rapidez da comunicação bidirecional, viabilizada pela tecnologia, tornou possível maior interatividade, a oferta de cursos pela *Internet*, o uso incipiente de conferências de áudio e vídeo em tempo real.

Paralelamente, a inclusão de um artigo na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 80 da LDB - Lei nº 9.394/96), direcionado especificamente para a EAD, tem favorecido a expansão desta modalidade educacional em nível de graduação e pós-graduação (BRASIL, 1996).

O aumento progressivo da velocidade na circulação das informações, na capacidade de processamento e armazenamento dos dados, bem como a microminiaturização dos circuitos eletrônicos em *chips*, favorecendo amplas coberturas geográficas com apoio dos sistemas de telecomunicações, confere um caráter revolucionário às tecnologias informacionais (Bohadana, 2005). São *tecnobergs*, “complexo capacitador tele-info-computrônico satelital” (DREIFUSS, 1996, p.25), redimensionando as instituições responsáveis pela formação do sujeito, como a educação, a religião e a família.

Observa-se, no presente, o barateamento, a difusão e, conseqüentemente, uma democratização gradativa de suportes de tecnologias de ponta usados em educação. A EAD digital, que era predominantemente silenciosa, hipertextual e muito estática do ponto de vista gráfico, passa a explorar mais recursos de *hipermídia*, com imagens e hipertextos mais dinâmicos, usando intensivamente, de forma síncrona ou assíncrona, recursos de áudio e de vídeo. Aumenta-se, também, a acessibilidade dos alunos, com o uso de sistemas móveis de comunicação, das redes sem fio, dos equipamentos portáteis e celulares inteligentes, fazendo emergir novos conceitos como a EAD móvel (*m-learning*). Com estes avanços tecnológicos evoluem os ambientes virtuais de aprendizagem, os sistemas de autenticação, as *grids* de dados, os sistemas de realidade virtual e a tele-presença. As tendências tecnológicas começam a influenciar os paradigmas da EAD digital, uma vez que o uso de recursos mais sofisticados, como videoconferência e *chat* de voz, tornam-se cada vez mais comuns.

ANEXO A – Formas de manipulação de mensagens (RIBEIRO, 2006)

Argumentum ad nauseam

Repetição incansável (ou ainda repetição nauseante). Uma idéia repetida suficientemente se torna verdade. Esta técnica funciona melhor quando o acesso à mídia é controlado pelo propagandista.

Apelo à autoridade

É a citação de uma figura proeminente para apoiar um posicionamento, idéia, argumento ou alguma ação em desenvolvimento.

Apelo ao medo

É a busca de apoio a uma idéia ou causa ou pessoa, instigando o medo na população em geral.

Bode Expiatório

Atribuir culpa a um indivíduo ou grupo que não seja efetivamente responsável, aliviando sentimentos de culpa de partes responsáveis ou desviando a atenção da necessidade de resolver um problema cuja culpa foi atribuída àquele que está emitindo a propaganda.

Desaprovação

Essa é a técnica usada para desaprovar uma ação ou idéia, sugerindo que ela é popular entre grupos odiados, ameaçadores ou que estejam em conflito com o público-alvo. Assim, se um grupo que apóia uma idéia é levado a crer que pessoas indesejáveis, subversivas ou conflitantes também a apóiam, os membros do grupo podem decidir mudar sua posição.

Efeito dominó

Efeito dominó e vitória inevitável: tenta convencer a audiência a colaborar com uma ação "com a qual todos estão colaborando" ou "junte-se a nós". Essa técnica reforça o desejo natural das pessoas de estar no lado vitorioso e visa a convencer a audiência que um programa é a expressão de um movimento de massa irresistível e que é de seu interesse, se juntar a ele. A "vitória inevitável" incita aqueles que ainda não aderiram a um projeto a fazê-lo, pois a vitória é certa. Os que já aderiram se sentem confortados com a idéia de que tomaram a decisão correta e apropriada.

Estereotipificação ou Rotulagem

Essa técnica busca provocar a rejeição em uma audiência, rotulando o objeto da campanha de propaganda como algo que o público-alvo teme, desgosta, tem aversão ou considera indesejável.

Homem comum

O "homem do povo" ou "homem comum" é uma tentativa de convencer a audiência de que a posição do propagandista reflete o senso comum das pessoas. É utilizada para obter a confiança do público, comunicando-se da maneira comum e no estilo da audiência. Propagandistas usam a linguagem e modos comuns (e até as roupas, quando em comunicações audiovisuais presenciais) numa busca de identificar seus pontos de vista com aqueles da "pessoa média".

Palavras Virtuosas

São palavras tiradas do sistema de valores do público-alvo, que tendem a produzir uma imagem positiva quando associadas a uma pessoa ou causa. Exemplos são paz, felicidade, segurança, liderança, liberdade, etc.

Racionalização

Indivíduos ou grupos podem usar afirmações genéricas favoráveis para racionalizar e justificar atos e crenças questionáveis. Frases genéricas e agradáveis são freqüentemente usadas para justificar essas ações ou crenças.

Slogan

Um slogan é uma frase curta e impactante que pode incluir rotulação e estereotipação. Se slogans podem ser criados a respeito de determinada idéia, devem sê-lo, pois, bons slogans são idéias autoperpetuáveis.

Super-simplificação

Afirmações vagas, favoráveis, são usadas para prover respostas simples para complexos problemas sociais, políticos, econômicos ou militares.

Termos de Efeito

Termos de efeito são palavras de intenso apelo emocional, associadas a conceitos e crenças muito valorizados que convencem sem a necessidade de informação ou razões que as apoiem. Elas apelam para emoções como o amor à pátria, lar, desejo de paz, liberdade, glória, honra, etc. Solicitam o apoio sem o exame da razão. Embora as palavras e frases sejam vagas e sugiram coisas diferentes para pessoas diferentes, sua conotação é sempre favorável: "Os conceitos e programas dos propagandistas são sempre bons, desejáveis e virtuosos".

Testemunho

Testemunhos são citações, dentro ou fora de contexto, efetuadas especialmente para apoiar ou rejeitar uma idéia, ação, programa ou personalidade. Explora-se a reputação ou papel (especialista, figura pública respeitada, etc.) daquele que é citado. O testemunho dá uma sanção oficial de uma pessoa ou autoridade respeitada à mensagem de propaganda. Isso é feito num esforço de causar no público-alvo uma identificação com a autoridade ou para que aceite a opinião da autoridade como sua própria.

Transferência

Essa é a técnica de projetar qualidades positivas ou negativas (elogios ou censuras) de uma pessoa, entidade, objetivo ou valor (de um indivíduo, grupo, organização, nação, raça, etc.) para outro, para tornar esse segundo mais aceitável ou desacreditá-lo. Essa técnica é geralmente usada para transferir culpa de uma parte em conflito para outra. Ela evoca uma resposta emocional, que estimula o público-alvo a identificar-se com autoridades reconhecidas.

Vagueidade intencional

Afirmações deliberadamente vagas de tal forma que a audiência pode interpretá-las livremente. A intenção é mobilizar a audiência pelo uso de frases indefinidas, sem que se analise sua validade ou determine sua razoabilidade ou aplicação.

ANEXO B – Carreira dos Oficiais da Marinha do Brasil (SILVEIRA, 2002).

O desenvolvimento da carreira de oficial da MB se dá com base no Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha (P-COM) , cuja última modificação data do ano de 1997. Este Plano está estabelecido segundo as necessidades do serviço público federal e da MB, no que tange ao preenchimento dos cargos e postos estabelecidos para o serviço. A partir de então, os cursos oferecidos no desenvolvimento da carreira são:

a) **Curso de Aperfeiçoamento (C-Ap)** para a qualificação nas funções e tarefas de operações navais da superfície, submarinas, aeronavais ou anfíbias. Em alguns casos, este curso se destina ao Corpo de Saúde da Marinha (CSM), quando se verifica a necessidade de treinamento específico.

b) **Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-MOI)**, que tem por finalidade o treinamento de oficiais para trabalhar em equipe e elaborar o planejamento militar.

c) **Curso de Aperfeiçoamento Avançado (CAA)** como aprofundamento de conhecimentos acadêmicos dos oficiais intermediários. Este curso é considerado pela corporação como semelhante à pós-graduação em nível de mestrado, sendo realizado nas áreas de interesse especial para o serviço.

d) **Curso de Qualificação Técnica Especial (C-QTE)** também considerado como um curso de pós-graduação e tem a finalidade de especializar o oficial nas habilitações especiais e próprias no desenvolvimento dos membros do CFN. Este curso possui caráter voluntário.

e) **Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM):**

1) **Curso de Estado-maior para Oficiais Superiores (C-EMOS)** para o exercício de acessória e planejamento em alto nível no plano operacional e estratégico;

2) **Curso Superior (C-SUP)** para a ampliação de conhecimentos de exercícios e funções de assessoria d alto nível voltados para a administração;

3) Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM) voltado para a Alta Administração Naval, isto é, o almirantado.

Estes cursos são ministrados no CIAW, e na EGN. Desde a entrada na EN como aspirante até a saída da EGN como capitão-de-mar-e-guerra ao concluir o último curso, o oficial estuda cerca de vinte anos. Os cursos são realizados, na maioria, pelos oficiais do Quadro da EN, que compõem o CA, CFN e CIM. Os oficiais egressos de universidades civis passam a pertencer aos Quadros Complementares destes Corpos, de acordo com as suas diversas habilitações. Há também outros corpos especiais, como o : a) Corpo de Saúde da Marinha (CSM) , composto pelo Quadro de Médicos, Quadro de Cirurgiões Dentistas e Quadro de Apoio à Saúde; b) Corpo de Engenheiros da Marinha (CEM) composto pelos profissionais habilitados no ramo; c) Corpo Auxiliar da Marinha (CAM), formado pelo Quadro Técnico de oficiais, habilitados em diversos serviços técnico-administrativos. Este Corpo pode ser composto também pelos praças que realizam concurso de ingresso ao nível de oficiais. Aqui os oficiais passam a integrar o Quadro Auxiliar da Armada, o Quadro Auxiliar dos Fuzileiros. Existe ainda o Quadro de Capelães Navais, cujos membros são formados em instituições religiosas civis.

Compilado de : MINISTÉRIO DA MARINHA, *Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha do Brasil*, Secretaria Geral da Marinha, Brasília, DF, 1997.

ANEXO C – Centro de Estudos Virtual de Villegagnon.

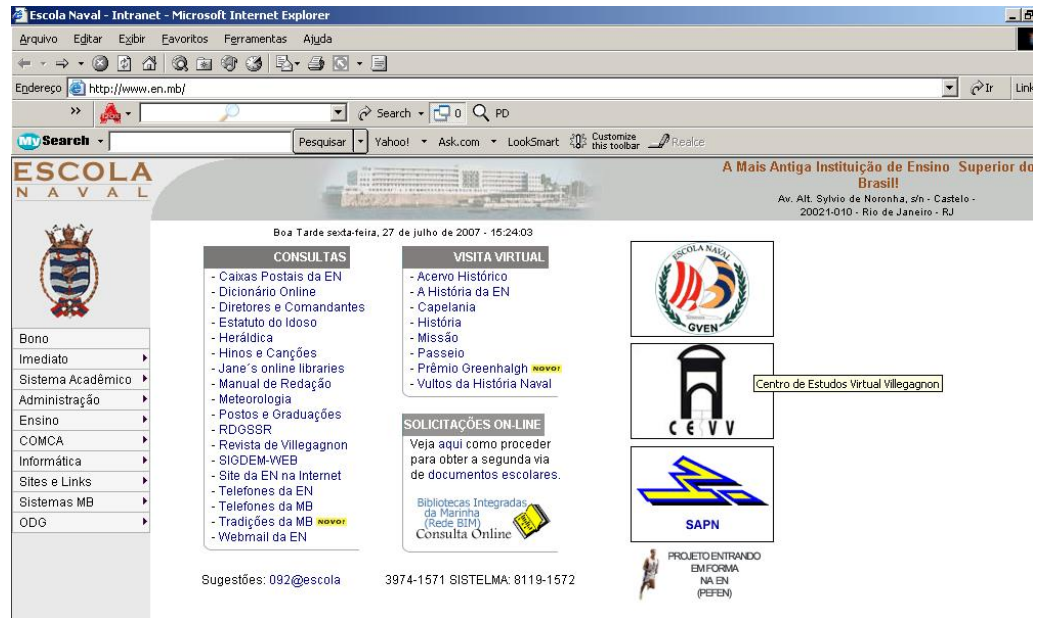


Figura 4 – Página da *Intranet* da EN com o ícone do CEVV.

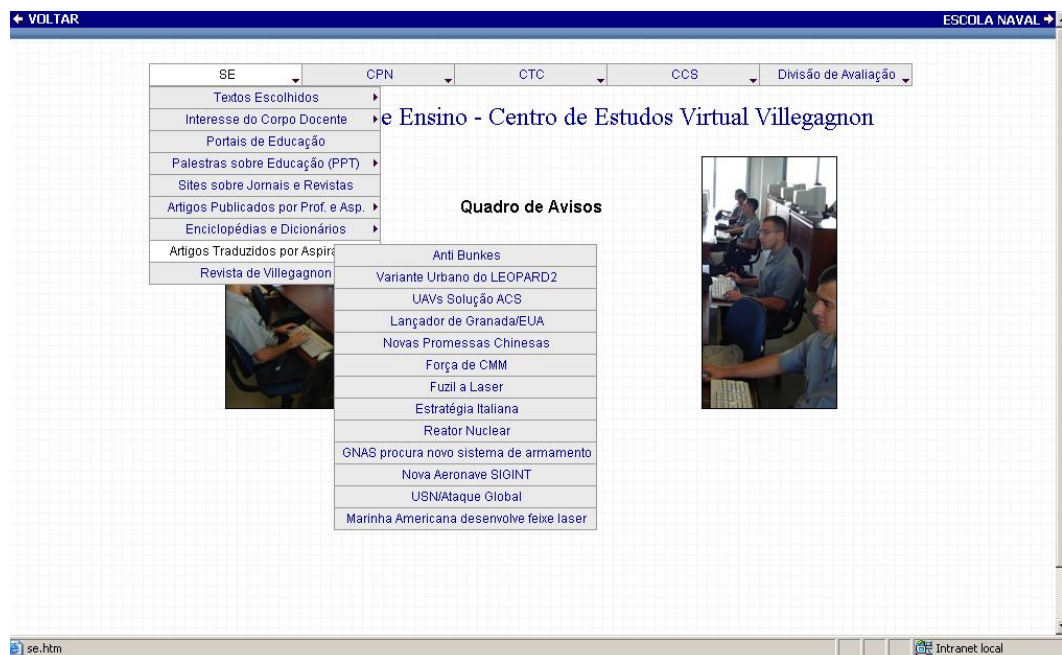
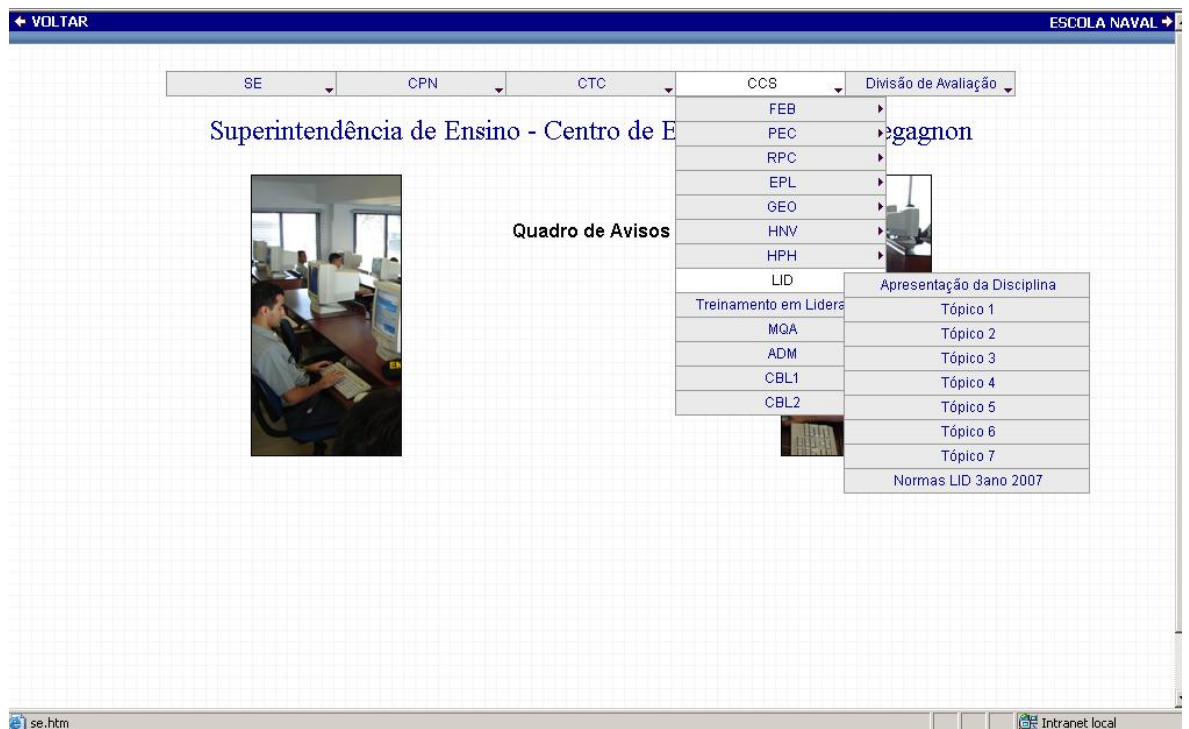
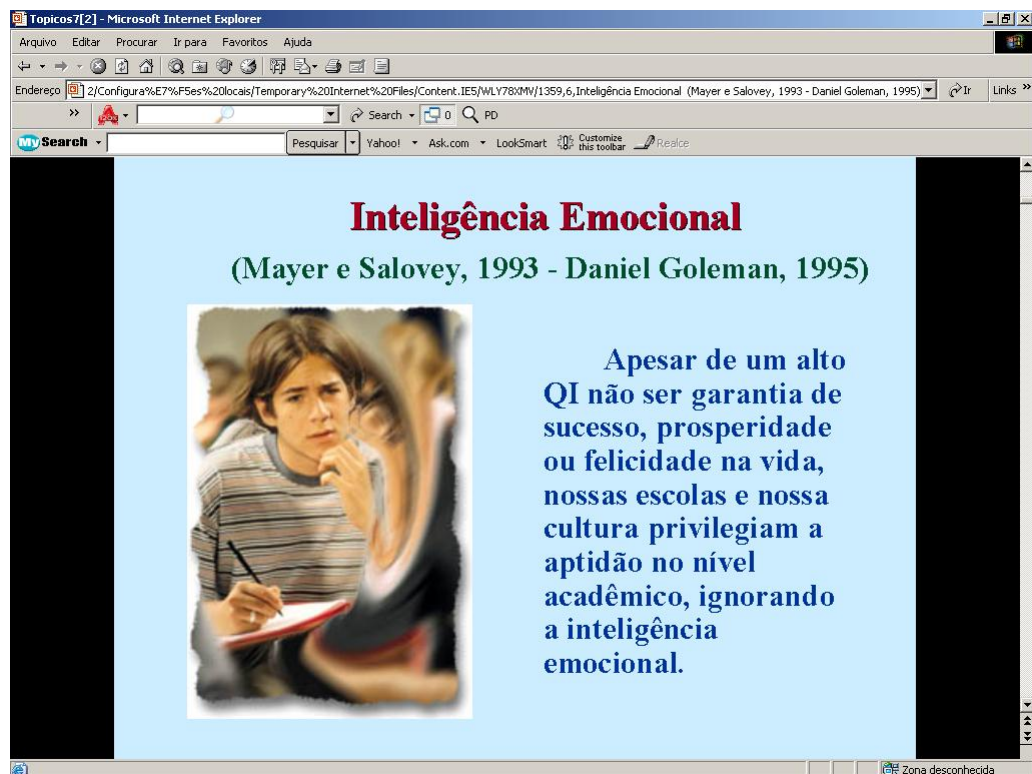


Figura 5 – Página do CEVV.

ANEXO D – Material de Liderança *online*.Figura 6 – Acesso ao material da Disciplina Liderança *online* na Intranet da EN.Figura 7 – Página *online* da disciplina Liderança na Intranet da EN.

ANEXO E – Exemplos de ações educativas da MB na conscientização marítima.

Exemplo 1

Marinha participa da 11ª Festa do Mar em Rio Grande

A Marinha do Brasil participou, de 27 de março a 8 de abril, da 11ª Festa do Mar, evento regional, realizado a cada dois anos, na cidade do Rio Grande. Este ano, a festa teve como tema o "Bicentenário de Nascimento do Almirante Tamandaré", sendo visitada por cerca de 130.000 pessoas, o que **contribuiu para a divulgação da vida do Patrono da Marinha**, além de **colaborar para a formação da mentalidade marítima da comunidade da região**. A Festa do Mar foi aberta, oficialmente, pela Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Sra Yeda Crusius, que chegou ao local por via marítima, em lancha da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, acompanhada do Comandante do 5ºDN, V Alte Gilberto Max Roffé Hirschfeld, após ter realizado visita ao Panteão de Tamandaré.

A Marinha **ocupou cinco estandes**, abordando temas como o "Bicentenário Marinha participa da 11ª Festa do Mar em Rio Grande de Nascimento do Almirante Tamandaré"; "Principais atividades exercidas pelas Organizações Militares da área de jurisdição do 5ºDN"; "Como ingressar na MB", que contou com a participação de militares da Diretoria de Ensino da Marinha e de um Aspirante da Escola Naval; "O Programa Antártico Brasileiro"; e "Amazônia Azul", a cargo da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, além de estande para a prestação de serviços ao público externo, como a "Capitania Itinerante". Também foram programadas visitas ao Panteão de Tamandaré, localizado na sede do Com5ºDN.

Contribuindo com a programação, a Fragata "Greenhalgh" atracou no Porto Novo, onde permaneceu aberta à **visitação pública**, com **exibições de fotos e vídeos; de exposições estáticas de armamento, incluindo mísseis e torpedos de manejo; e de material de convés, navegação e controle de avarias**. O período de trânsito da Fragata Greenhalgh, totalizando oito dias de mar, também se constituiu em oportunidade para manter elevado o grau de adestramento do navio, possibilitando a realização de exercícios de postos de combate, de avarias operacionais de máquinas e de operações dos diversos sensores e sistemas de armas de bordo. O Navio Balizador "Comandante Varella", atracado no cais onde foi realizada a Festa, recebeu cerca de **26.000 visitantes**. Nos dias 30 de março e 1º de abril, ocorreram, ainda, **apresentações da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais**.

Fonte: NOMAR, No. 781, p.7, maio 2007. (grifo nosso).

Disponível em: https://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/nomar/atuais/781/781.pdf

Exemplo 2

Comemorações do Bicentenário de Nascimento do Almirante Tamandaré

Dando continuidade às comemorações do Bicentenário de Nascimento do Almirante Tamandaré, a Delegacia Fluvial de Presidente Epitácio proporcionou, às crianças do **Projeto Social Grumetes-Mirins**, uma **sessão de cinema** na cidade de Presidente Venceslau, ocorrida no dia 3 de abril, com a exibição do filme **“O mar não está para peixe”**. O evento contou com a parceria da Secretaria de Assistência Social do Município de Presidente Epitácio e do Centro Social São Pedro e com o **apoio das empresas** Áurea Turismo, Jomane Extração de Areia e Bremen Distribuidora de Bebidas. Essa ação demonstrou o comprometimento da Marinha com a sociedade, levando cultura e entretenimento para as crianças do projeto.

Fonte: NOMAR, No. 781, p.8, maio 2007. (grifo nosso).

Disponível em: https://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/nomar/atuais/781/781.pdf

Exemplo 3

Diretoria de Portos e Costas participa do "Rio Boat Show 2007"

A Diretoria de Portos e Costas (DPC), com o apoio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), do Comando do 1ºDN e da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, participou do “Rio Boat Show 2007”, na Marina da Glória, no Rio de Janeiro, **contribuindo para o desenvolvimento de uma mentalidade de segurança da navegação e para a prevenção da poluição hídrica nas atividades de esporte e recreio**. No estande da Marinha do Brasil, além de uma **exposição de fotografias** retratando as diversas atividades realizadas pela Instituição, o público pôde assistir a **exibição de filmes institucionais** sobre a segurança da navegação, operações navais e aeronavais, além de documentários sobre assistência hospitalar na Amazônia. Durante o evento, a DPC **disponibilizou diversos serviços**, tais como: obtenção de Carteira de Habilitação de Arrais Amador, mediante a realização de provas eletrônicas em cabine especialmente preparada, no próprio estande; orientação sobre regularização de embarcações e de habilitação; obtenção de cartas náuticas e de diversas publicações da DHN; e divulgação das novas cartas eletrônicas

Fonte: NOMAR, No. 781, p.8, maio 2007. (grifo nosso).

Disponível em: https://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/nomar/atuais/781/781.pdf

ANEXO F – SECIRM: material educativo.



Figura 8 – Livro de História



Figura 9 – Livro de Geografia

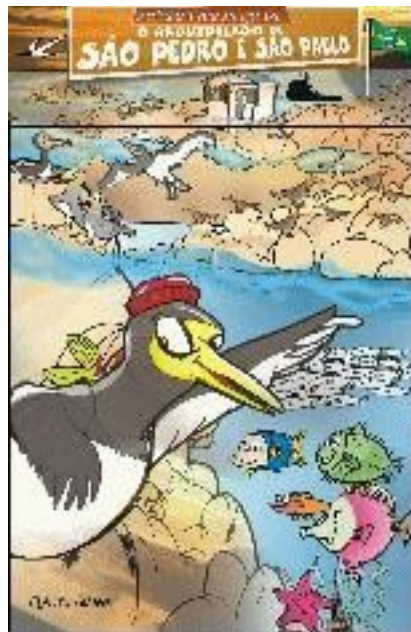


Figura 10 – Livro educativo infantil.



Figura 11 – Folheto educativo.

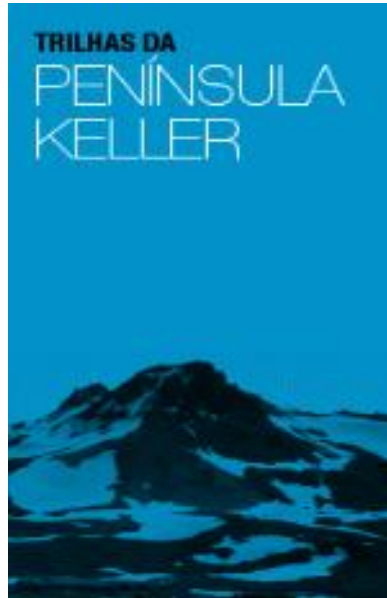


Figura 12 – Península Keller



Figura 13 – O Brasil e o meio ambiente Antártico.

ANEXO G – SECIRM: programas.

O programa REMPLAC tem como objetivo o levantamento geológico-geofísico e a análise e avaliação dos depósitos minerais da plataforma continental brasileira. É um importante programa, pois conhecer as próprias riquezas, é a condição primeira, indispensável para que possam ser resguardadas para as gerações futuras.

O programa REVIZEE⁴³ objetiva inventariar os recursos vivos marinhos nas diversas regiões brasileiras e estabelecer os potenciais sustentáveis de captura. Sua importância é garantir a exploração sustentável e soberana dos recursos vivos marinhos em nossas águas⁴⁴.

O PROMAR tem como objetivo fortalecer a mentalidade marítima do povo brasileiro, estimulando na população, em especial nas crianças e nos jovens, o interesse pelo mar e a responsabilidade na sua preservação.

O PROARQUIPÉLAGO tem como objetivo o garantir a habitabilidade humana permanente no arquipélago de São Pedro e São Paulo⁴⁵, e realizar pesquisas que visem à exploração, ao aproveitamento, à conservação e à gestão dos recursos naturais lá existentes. É um programa importante, pois o arquipélago localiza-se numa região com abundantes recursos marinhos e na rota de peixes migratórios de alto valor comercial. Também a sua ocupação permite a incorporação ao país de cerca de 450 000 km² de Zona Econômica Exclusiva.

O programa GOOS/Brasil tem como objetivo coletar, analisar e divulgar dados e informações dos oceanos, da região costeira e de mares fechados e semi-fechados. É importante pois permite previsões confiáveis das condições oceânicas e atmosféricas no país, que beneficia o socorro no mar, a defesa civil e a atividade agrícola, além de facilitar o gerenciamento costeiro. O programa também identifica as necessidades de pesquisa sobre as mudanças do meio ambiente global.

⁴³ O REVIZEE encontra-se em fase final. Está sendo substituído pela Ação de Avaliação do Potencial Sustentável e do Monitoramento dos Recursos Vivos do Mar (REVIMAR), que é uma ação de monitoramento das cotas de captura da Zona Econômica Exclusiva e da plataforma continental brasileira.

⁴⁴ Pelo direito do mar, caso o país ribeirinho não realize a captura dos recursos vivos marinhos em níveis sustentáveis em suas águas, ele é obrigado a autorizar que outras nações o façam.

⁴⁵ O arquipélago de São Pedro e São Paulo situa-se a 982 Km (530 milhas náuticas) da costa do Rio Grande do Norte.